

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Ana Gabriela Cardoso de Mattos

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NOS
GRUPOS OPERATIVOS**

Santa Maria, RS
2018

Ana Gabriela Cardoso de Mattos

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NOS GRUPOS
OPERATIVOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para obtenção o título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Nunes da Rosa Mangini

Santa Maria, RS
2018

Ana Gabriela Cardoso de Mattos

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NOS GRUPOS OPERATIVOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para obtenção o título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 11 de dezembro de 2018:

**Fernanda Nunes da Rosa Mangini, Dr^a. (UFSM)
(Presidente / Orientadora)**

Nadianna Marques, M^a. (UFSM)

Rosane Janczura, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Esse momento está sendo mais do que especial na minha vida, pois chegar até aqui não foi fácil. Muitos obstáculos e desafios poderiam me fazer desistir desse sonho, mas fui em frente com muito esforço, coragem e dedicação a essa graduação. Mas tenho certeza que sem o apoio e carinho de todos que me cercam nada disso seria possível.

À *espiritualidade* que possibilitou uma grande fé e esperança para seguir em frente.

Aos *meus familiares* que estiveram sempre presente comigo me apoiando, ouvindo meus anseios, com muita paciência e muito amor, principalmente aos meus pilares: minha mãe *Elizabeth Cardoso de Mattos* e meu pai *Vitor Hugo de Mattos*.

À *toda equipe de trabalho da UBS Centro Social Urbano* pela força, pela generosidade e pelo carinho que tiveram comigo todo o tempo, e principalmente naqueles momentos em necessitei me ausentar, e em especial a dentista *Dayana Paranhos* que contribui com sua fala em meu projeto de intervenção.

Aos *meus amigos* e principalmente aqueles que conquistei durante os quatro anos e meio de graduação, os alunos da quinta turma de Serviço Social da UFSM. Amigos colegas que me apoiaram nos momentos mais difíceis, sempre dispostos a me ouvir, me incentivar e a esclarecer dúvidas que surgiram ao longo dessa caminhada. Agradecimento especial aos colegas *Renata Corrêa de Assis, Cristiane Rodrigues da Fonseca, Lisane Ullrich, Luciana Machado, Francisco Souza e Guilherme Miranda*.

Ao *CRAS-LESTE* por me receber com tanto carinho e proporcionar tanto aprendizado, e principalmente a minha supervisora de campo, a assistente social *Dina Rozani Duarte*.

A *todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFSM*, que estiveram sempre presentes dispostos a nos ensinar com toda sua dedicação. Em especial a *minha orientadora Prof.^a Dra. Fernanda Nunes da Rosa Mangini* que sou extremamente grata, pois com toda sua paciência, dedicação e ensinamentos contribuiu muito para a realização desse trabalho. Agradeço também às professoras que aceitaram meu convite para me avaliarem e realizar suas contribuições neste trabalho, *Prof.^a Dr.^a Rosane Janczura e Prof.^a M.^a Nadianna Marques*.

À *Universidade Federal de Santa Maria* por me possibilitar a oportunidade de cursar Serviço Social.

Acredito que chegar até aqui não seria possível sem o amparo, carinho, força e generosidade de todos, seja através de uma simples escuta ou de uma palavra sincera com carinho.

EPÍGRAFE

“A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisa, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar as coisas, e, ainda a valorização de si mesmo pelos outros”.

(Juan E. Diaz Bordenave).

RESUMO

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NOS GRUPOS OPERATIVOS

AUTORA: Ana Gabriela Cardoso de Mattos

ORIENTADORA: Fernanda Nunes da Rosa Mangini

Frente à experiência acerca da atuação com um grupo de mulheres durante o estágio curricular em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), percebeu-se a necessidade de um estudo relacionado com as práticas dos usuários em espaços coletivos como o grupo de mulheres, pois a primeira tentativa de formar um grupo no CRAS não obteve sucesso devido à ausência de participantes. Dessa forma, este trabalho explorou as barreiras sociais, econômicas, políticas e culturais que se colocam às práticas participativas em seus processos mais amplos, compreendendo a sua íntima conexão com os desafios referentes à participação dos usuários nos grupos operativos, foco do presente estudo. Assim, a proposta visa abordar e descrever os processos grupais dando ênfase no trabalho com grupo operativo, bem como, realizar uma reflexão acerca das estratégias dos assistentes sociais para promover a participação em grupos nos seus processos de trabalho, participação que está diretamente relacionada com os processos de transformação social. Dessa forma, este trabalho tem o intuito de contribuir para qualificar o fazer profissional do assistente social, frente a sua atuação interventiva através de técnicas grupais. À vista disso elaborou-se estratégias de fomento a participação, como busca ativa, capacitação profissional, vínculos, diálogo acessível horizontal, que possam possibilitar uma boa intervenção através de um grupo.

Palavras-chaves: Participação. Grupo-operativo. Serviço Social.

ABSTRACT

CHALLENGES AND STRATEGIES OF THE SOCIAL WORKER IN PROMOTING THE PARTICIPATION OF USERS IN THE OPERATIVE GROUPS

AUTHOR: Ana Gabriela Cardoso de Mattos
ADVISOR: Fernanda Nunes da Rosa Mangini

In the face of experience with a group of women during the curricular internship in a CRAS, we noticed the need for a study related to the practices of users in collective spaces as the group of women, because the first attempt to form A group in the CRAS was unsuccessful due to the absence of participants. Thus, this work explored the social, economic, political and cultural barriers that are put into participatory practices in their broader processes, understanding their intimate connection with the challenges related to the participation of users in Operative groups, focus of the present study. Thus, the proposal aims to address and describe the group processes emphasizing the work with the operative groups, as well as to reflect on the strategies of social workers to promote participation in groups in their work processes, Participation that is directly related to the processes of social transformation. Thus, this work aims to contribute to qualify the professional doing of the Social worker, in the face of its interventive action through group techniques

Keywords: Participation. Operative Group. Social Services.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.4 METODOLOGIA	16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	17
2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL	19
2.1 DEFINIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	20
2.2 HISTÓRICO DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL	24
2.3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS	31
3 A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS OPERATIVOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	35
3.1 OS PROCESSOS GRUPAIS E A PARTICIPAÇÃO	36
3.2 O DEBATE DOS GRUPOS OPERATIVOS NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM GRUPO E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	41
4 O TRABALHO COM GRUPOS OPERATIVOS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES TRANSFORMAR FAZ BEM	47
4.1. A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	49
4.2 A PARTICIPAÇÃO NOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS.....	51
4.3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LESTE	53
4.4 O SERVIÇO SOCIAL NO CRAS-LESTE	55
4.5 O GRUPO OPERATIVO TRANSFORMAR FAZ BEM.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

A idealização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se deu, após a realização do Estágio Supervisionado, em um Centro de Referência de Assistência Social¹, localizado na região Leste do município de Santa Maria (CRAS-LESTE). Durante este estágio se buscou formar um grupo socioeducativo para as mulheres que frequentavam essa instituição, o Grupo de Mulheres Transformar Faz Bem. Esta atividade não teve êxito dentro do CRAS-LESTE e, devido a isso, a proposta interventiva da qual parte o TCC foi executada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro.

Ao acompanhar as mães dos alunos da Escola Maria de Lourdes Castro, localizada no conjunto habitacional Leonel Brizola que pertence à área do CRAS-LESTE, verificou-se uma grande demanda dessas mulheres. Percebeu-se que essas mulheres apresentam baixa-estima, falta de confiança em si mesmas e falta de orientações de saúde e de higiene e algumas com seus direitos violados, pois se encontram em situação de violência doméstica. Muitas delas apresentam dificuldades socioeconômicas, em que a maioria não tem o mínimo suficiente para o seu sustento e de sua família, prejudicando a qualidade de vida das mesmas, assim como de seus filhos, os estudantes da escola.

Em vista disso, entendeu-se que seria preciso trabalhar com as mães, em um primeiro momento, para que elas tivessem condições necessárias de mudar essa realidade. Assim, desenvolveu-se a compreensão de que elas necessitavam de ações voltadas à sua totalidade, que não fosse restrito apenas questões de higiene e que tivesse uma abordagem de ações em vários sentidos de orientação e fortalecimento.

O Grupo de Mulheres Transformar Faz Bem teve como objetivos proporcionar o acolhimento das usuárias, disseminar informações sobre saúde e direitos sociais. Além disso o projeto visou propiciar atividades de lazer e descontração, com a finalidade de produzir uma melhora na estima das mulheres, o fortalecimento e a busca por cidadania, em vista de uma melhor qualidade de vida para as mesmas.

¹ CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (BRASIL, 2009, p.9).

Em relação à primeira proposta de realização de um grupo operativo dentro do CRAS-LESTE, observou-se uma baixa participação das mulheres no grupo, associada à falta de divulgação e a falta de proximidade da população ao CRAS. Isso porque existe uma grande distância entre o CRAS-LESTE e a maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social pertencente à sua área de abrangência.

A disposição geográfica do CRAS-LESTE no território dificultou o acesso dos usuários à participarem das atividades propostas, já que muitos vivem em condições de extrema pobreza, sem condições financeiras de utilizar o transporte urbano. Dessa forma, também foi possível perceber dificuldades da criação de um vínculo do profissional com o usuário e também de um diagnóstico mais preciso das demandas apresentadas, devido a população se encontrar distante.

Nessa direção, o grupo socioeducativo era compreendido como uma forma de intervenção que buscasse o resgate de cidadania e a autonomia do sujeito, necessitando dessa forma fazer parte das atividades realizadas dentro de um CRAS. Mas para que esta atividade pudesse ser executada com sucesso seria necessário que o usuário participasse. A participação dos sujeitos é de extrema importância nessa técnica de intervenção realizada pelo profissional assistente social dentro do CRAS. Segundo Tenório e Rozemberg (1997, p.104),

A participação, portanto, deve ser vista como o grande instrumento de acesso à cidadania. Em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado.

As usuárias do CRAS-LESTE não participaram da primeira proposta de grupo socioeducativo proposto a elas e este fato não é considerado um problema específico do CRAS-LESTE. Esta visão ocorre por que sabe-se que também é um desafio enfrentado por outros profissionais que trabalham com esse tipo de intervenção, dessa maneira é necessário avançar na compreensão da participação (e sua ausência) como parte dos processos sociais contemporâneos que lhe dão coerência e sentido. Compreender esse processo passa pela identificação das dificuldades e das possibilidades de incentivar e de promover a participação, como parte de um conjunto de alternativas metodológicas para a intervenção. Eiras (2012, p. 126) esclarece que,

[...] torna-se bastante compreensível que a principal dificuldade apresentada pelos profissionais e pelos estagiários na intervenção com grupos nos diferentes projetos ou ações socioeducativos seja a adesão dos participantes ao trabalho socioeducativo.

Nesse sentido, a proposta do presente trabalho de conclusão de curso se desenvolveu com vistas ao resgate do elementos teórico-metodológicos e técnico-operativos da participação, particularmente em grupos operativos.

A intervenção por meio de atividades em grupos faz parte do fazer profissional do Assistente Social há muito tempo. As primeiras intervenções do Serviço Social brasileiro se deram em três métodos distintos: caso, grupo e comunidade. Dentro das ações grupais, o profissional se detinha na individualidade dos sujeitos. A convivência grupal “lhes proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes”. (TRINDADE, 2002, p.12).

Com o passar do tempo e de todas as transformações que ocorreram nos processos de intervenção do Assistente Social, a proposta dos grupos operativos veio com intuito de desenvolvimento humano e social. A partir daí, o assistente social trabalha com a técnica de grupo operativo em uma perspectiva pedagógica, no qual oportuniza reunir vários indivíduos que convivem dentro de uma mesma realidade, de forma que esses sujeitos possam refletir sobre formas e estratégias de enfrentamento às situações de vulnerabilidade social em que se encontram.

Para que um Assistente Social tenha êxito em uma intervenção através de um grupo socioeducativo, se faz necessária a adesão dos usuários à ação proposta. Mas quando essa adesão não acontece, como no caso do grupo de mulheres sugerido pelo CRAS-LESTE, em que não se obteve a presença das usuárias, se torna relevante definir os problemas enfrentados quanto à participação social em grupos operativos em torno de uma ideia de participação. Por isso, embora o TCC aborde a participação em grupos, torna-se indispensável situá-la em um contexto sócio histórico mais amplo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A participação dos usuários em atividades propostas por um Centro de Referência de Assistência Social é de fundamental importância, já que somente com a presença deles se pode definitivamente concretizar uma ação. Entretanto é necessário que os sujeitos tenham consciência de tamanha relevância de se fazer

presente nas ações que lhes são propostas. Para elevação da consciência crítica, conquista de maiores patamares de cidadania, aprender a buscar e a garantir direitos. Nesse sentido,

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisa, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar as coisas, e, ainda a valorização de si mesmo pelos outros. (BORDENAVE, 1994, p.16).

O grupo operativo que foi proposto pelo CRAS-LESTE às mulheres que frequentavam a instituição, e que não teve continuidade em decorrência da falta de participação das usuárias é um exemplo de como a presença dos usuários é importante para que uma ação grupal possa ser desenvolvida pelo Assistente Social. A participação é bastante presente no processo de trabalho de um Assistente social, pois em conformidade com o Código de Ética do Serviço Social,

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; 30 Código de Ética f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CFESS, 2012, p. 29).

Apesar de ter uma grande conexão com o agir profissional do assistente social, a participação não pode ser vista como uma benfeitoria apenas para o profissional, e sim como parte de processos de trabalho que devem dar voz e vez para o sujeito, lhes permitindo reflexão sobre o contexto de vida ao qual este usuário está inserido.

A falta de participação é um dos desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social e também de outros profissionais que trabalham com esse tipo de atividade. O indivíduo ter consciência do quanto sua presença é muito importante dentro desses espaços, em que se tem por objetivo a transformação social deles próprios e da sociedade. Este tipo de prática não é uma tarefa fácil para os profissionais que promovem uma ação interventiva através dessa técnica. De acordo com Eiras (2012, p.126), “tratar-se-ia, então de uma adesão e de um comprometimento mutuamente compartilhado entre organização/instituição e os seus usuários”.

Assim, se faz necessário aprofundar o conhecimento sobre metodologias participativas e suas contribuições ao trabalho do assistente social no sentido de melhorar o trabalho desenvolvido por esse profissional. Isto se dá através de divulgação das ações do CRAS, mobilização a população e incentivo a novos processos político-organizativos, possibilitando a essa população o enfrentamento de suas dificuldades, bem como, autonomia, garantia à cidadania, acesso à informação e aos seus direitos.

O profissional de Serviço Social deve sempre estar atento a qualidade do serviço prestado, com o intuito de fazer uma boa intervenção. Pensar a participação social em grupos operativos é uma forma de dar ênfase nesse instrumental que é tão presente no trabalho do assistente social. Conforme o princípio X do Código de Ética, o profissional Assistente Social tem “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS,p.24, 2012).

O trabalho com grupos operativos faz parte da realidade dos CRAS e dos mais diversos espaços socioocupacionais dos assistentes sociais, pois é através dessa técnica utilizada por esses profissionais, que se consegue reunir pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidades semelhantes para refletir sobre essas situações, já que passam pelos mesmos desafios. Essa técnica permite a esses usuários um esclarecimento mais amplo sobre seus direitos e também os permite se manifestar sobre o contexto o qual estão vivenciando, fazendo assim uma troca de experiência entre os participantes. Moreira (2017, p.124) ressalta “O trabalho com grupos aparece assim com o intuito de deslocar para o âmbito da coletividade questões que são comumente individualizadas”, ou seja, situações que

são comuns entre os participantes, mas que às vezes o usuário perceba que tal situação só acontece com ele.

Sendo assim, percebe-se que os trabalhos em grupos estão sempre intervindo na vida dos sujeitos de uma comunidade com a finalidade de proporcionar a esses um desenvolvimento humano e social que só é possível com a participação de todos ao que lhes é proposto. Com isso, se compreende o quanto se faz importante uma análise da participação em grupos operativos para o profissional que atua com essa técnica. Isto supõe a compreensão do conceito e das práticas de participação em perspectiva histórica, além dos limites impostos à participação na contemporaneidade, sobretudo, para pensar de forma crítica e propositiva nas alternativas e estratégias que se descortinam ao trabalho do assistente social.

Um grupo operativo é uma das possibilidades de instrumento técnico-operativo do Serviço Social, pois através dessa técnica é possível reunir pessoas que apresentam os mesmos interesses, de forma a criar um espaço de convivência que objetive mudança social. Dessa forma, um estudo sobre a participação em grupos operativos é de grande validade para a categoria dos assistentes sociais, haja vista, que muitos usuários não têm consciência que a participação deles nesses espaços é de grande importância para desencadear processos de transformação social. Portanto se faz necessário que o assistente social tenha um entendimento mais aprofundado sobre a participação dos usuários em grupos operativos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o conceito de participação do ponto de vista teórico-prático, visando melhorar o trabalho do Assistente Social, no processo de intervenção com grupos operativos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender o conceito de participação do ponto de vista histórico e social;
- Caracterizar referenciais e conceitos de participação mais amplos;
- Identificar os obstáculos e as alternativas de participação, particularmente no contexto local;
- Propor estratégias de fomento à participação;
- Oferecer subsídios técnico-operativos para o assistente social incrementar a participação;
- Analisar a experiência de participação a partir da execução do projeto de intervenção.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra participar para Bordenave (1994), significa fazer parte de algo, isto é, quando o indivíduo faz parte de um grupo seja ele qual for, família, amigos, movimentos sociais, entre outros. Bordenave (1994), também esclarece que existem diferentes formas de pensar a participação, ou seja, o indivíduo pode fazer parte, tomar parte e não ter parte. O que o autor deixa claro é que, muitas vezes, o indivíduo participa sem ter direito a participar das decisões, sendo de grande relevância como se toma parte, como acontece a participação.

Gandin (2013), entende que a participação está intrinsecamente ligada à justiça social, pois a participação de todos no poder, pode contribuir para uma construção conjunta de uma nova sociedade, mais justa e mais igual. Dessa forma, a participação é algo de grande importância no desenvolvimento humano e social dos homens. Bordenave (1994), ressalta que em uma sociedade organizada, todos os cidadãos devem ter parte (socialização da riqueza socialmente construída) para poder fazer parte de maneira igualitária.

Nesse sentido, a participação não se restringe somente a espaços de discussão das políticas sociais, mas também está implicada em outras formas de organizações que interferem de modo geral em toda a sociedade, como o trabalho, a vida social, entre outros. Portanto, a luta pela participação na sociedade capitalista depende da socialização da riqueza que é produzida coletivamente, mas apropriada

de forma privada pela classe dominante. Desse modo, a busca pela participação é também a luta pela supressão das desigualdades sociais.

A formação sócio-histórica do Brasil tem grande influência nos processos participativos. Sua herança arcaica de patrimonialismo combinada à períodos de autoritarismo, produziu enormes dificuldades para o desenvolvimento de práticas participativas. A participação no país só foi devidamente legalizada com a Constituição Federal de 1988 (CF88), na qual se “amplia a democracia representativa para democracia participativa”. (BRAVO, 2009, p.3). Dessa forma, Kruger (2008) ressalta que o reconhecimento da participação na CF88 surge como um resgate de uma dívida histórica.

É de grande relevância que a sociedade tenha consciência da importância da participação para transformação, o que supõe o protagonismo dos sujeitos sociais e o devido entendimento de seu papel na hora de participar. Dessa forma é que Bordenave (1994) vai diferenciar os níveis de participação, pois para ele existe o nível micro de participação em que o sujeito participa para benefícios próprios e imediatos sem pensar em mudanças, e também o nível macro de participação, que o indivíduo pode participar com uma visão de mudanças sociais, além de participar no nível micro. Assim, a busca pela transformação social no nível macro é o que dá sentido as ações no nível micro, como por exemplo, as atividades interventivas através de grupos operativos proposta pelo assistente social.

A participação é algo bem presente dentro do trabalho de um Assistente Social, desde o Código de Ética de 1993, a participação se tornou uma exigência para o desenvolvimento dos processos de trabalho do Assistente Social na busca da cidadania, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais. O atual Código de Ética é fruto de todo um processo expansivo da profissão no pós Movimento de Reconceituação, que rompe com um Serviço Social tradicional em relação à identidade profissional em uma luta por um profissional mais capacitado com relação aos conhecimentos teóricos, metodológicos e ético-políticos. (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES; 2005).

Segundo CFESS (2010), a participação se faz presente dentro do Serviço Social de várias formas, como por exemplo, dentro da perspectiva de controle social, mas para, além disso, a participação possui um destaque dentro da atuação profissional do assistente social. Isso acontece principalmente, quando esse profissional desenvolve uma ação interventiva por meio de grupos operativos, pois

nessa técnica a participação dos usuários é essencial para que a intervenção possa acontecer.

No trabalho com grupos operativos, o assistente social busca contribuir para os níveis micro e macro, o que possibilita a organização dos indivíduos para em conjunto se empenharem em uma transformação social, por meio de ações socioeducativas que desenvolvam a conscientização, o diálogo horizontal, o protagonismo, a troca de experiências e a autonomia. Assim, um grupo socioeducativo é uma atividade que faz parte do fazer profissional do assistente social por meio da proposição de múltiplas ações educativas que tendem a fazer com que o usuário possa refletir melhor sobre a sua realidade social na busca por alternativas, que o ajudem na melhoria de sua qualidade de vida. Como elucida Eiras (2012, p.125),

Essa relação próxima entre o projeto socioeducativo e o trabalho profissional com grupos explica-se pelo conteúdo pedagógico presente nas produções sobre o trabalho com grupos, as quais abordam a possibilidade de aprendizagem, seja na formação de novos valores, na mudança de comportamentos, no desenvolvimento de novos hábitos, seja na assimilação de novas informações e na posição de ações sobre a realidade vivida pelos participantes.

Contudo, dentro do nível macro de participação, a participação dos usuários ocorre por meio de atividades em grupo que tem o intuito de promover mudanças sociais e que, não necessariamente, foram propostas pelo profissional assistente social como uma técnica de intervenção. Em que objetiva a emancipação social, mas que, sem a participação dos usuários não pode se concretizar. Portanto é de interesse para os profissionais que se utilizam dessa técnica um estudo acerca da participação e, neste caso, da participação em grupos operativos.

1.4 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico em livros, artigos e revistas a respeito do conceito de participação, sobretudo, das estratégias de fomento à participação antes da criação de um grupo operativo e durante sua execução. Sendo também realizada uma pesquisa em materiais de psicologia social, com destaque para Lane que trabalha em uma perspectiva crítica, no qual nessa

pesquisa se fez uma leitura mais aproximada do Serviço Social. Dessa forma, também a pesquisa pode ser caracterizada uma pesquisa exploratória, em que,

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. (GIL, 2008, p.27).

Portanto, essa pesquisa exploratória é baseada em métodos de estudos bibliográficos, os quais possibilitam a aproximação como objeto de estudo a partir das fontes bibliográficas, dessa forma, “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, o que, por isso, não pode ser aleatório”. (LIMA e MIOTO, 2007, p.37).

O objetivo da pesquisa deve ser tratado em perspectiva histórica, o que demandou perscrutar o contexto histórico-social, cultural e político do Brasil e de Santa Maria no que diz respeito à participação, situando/contextualizando a participação, através do uso de fontes bibliográficas da história e sociologia do Brasil.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este é um trabalho final de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria intitulado “Desafios e estratégias do Assistente Social na promoção da participação dos usuários nos grupos operativos”, que tem como finalidade uma pesquisa acerca dos processos de participação em grupos operativos, bem como, os desafios apresentados por essa técnica de intervenção no que diz respeito à participação do usuário. Dessa forma, esse trabalho traz uma contextualização do histórico das práticas participativas no Brasil, relacionando essas práticas com o Serviço Social e os processos grupais. O primeiro capítulo aborda a introdução do trabalho.

O segundo capítulo do presente trabalho aborda a participação descrevendo algumas de suas principais características, bem como os níveis de participação que se dividem em micro e macro participação, segundo Bordenave (1994). Esse capítulo também aborda o histórico de práticas participativas no Brasil, mostrando o

quanto essas práticas são recentes e ainda um desafio dentro do país. Esse capítulo também faz uma conexão entre as práticas participativas e o Serviço Social, destacando o histórico do serviço Social brasileiro e sua ligação com a participação, especialmente nas últimas décadas, quando torna-se uma categoria, pois estimula a autonomia dos sujeitos, contribuindo assim para o trabalho dos assistentes sociais.

O terceiro capítulo vai abordar as características de um grupo, em que se considera um grupo o processo pelo qual duas ou mais pessoas se reúnem em vista dos mesmos interesses, o que possibilita um pensar coletivo com busca de transformações sociais. Esse mesmo capítulo vai mostrar que as técnicas de grupo operativo fazem parte do exercício profissional do assistente social, o que possibilita uma forte ligação entre participação em grupos operativos e o trabalho dos Assistentes Sociais.

O quarto capítulo vai expor a experiência acerca do trabalho com grupos operativos em um CRAS, a partir da realização do estágio curricular nessa instituição e também da realização de um trabalho com um grupo operativo com mulheres mães dos alunos da Escola Maria de Lourdes Castro.

As considerações finais abordam um pouco de todos os capítulos, fazendo uma reflexão com relação à ligação que existe entre participação, grupos e Serviço Social no intuito de analisar os desafios e as estratégias que possibilitam fazer um bom trabalho a partir dessas três categorias, que possibilitarão qualificar o fazer profissional do assistente social.

2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

O primeiro capítulo do presente trabalho, irá abordar uma melhor definição a respeito do que é participação, trazendo os tipos e as principais características atribuídas às práticas participativas, segundo Bordenave (1994). Também irá fazer uma contextualização histórica referente à participação nas relações sociais, destacando a grande importância dos processos participativos na sociedade de modo geral.

O ato de participar segundo Bordenave (1994), dá-se quando o sujeito passa a fazer parte de algo, seja como for, das mais diversas formas que existem segundo ele de participar. É de grande valia que os indivíduos tenham plena noção do quanto é importante à participação popular.

Bordenave (1994), nos remete que o ato de participar está implicado em dois processos, em que ele chama de micro e macro participação. A micro participação é quando o indivíduo faz parte de alguma associação, sem ter um olhar propositivo para uma possível mudança social. Na macro participação, o indivíduo além de participar de forma micro, possui o intuito de modificar a sociedade, ou seja, participa de formas que possam intervir no desenvolvimento social.

O Brasil é permeado por um histórico desafiador das práticas participativas, em que os processos participativos só existiam como forma de controle do Estado sobre a sociedade ou para minimizar os deveres do Estado com a sociedade. (BRAVO, 2009). Dessa forma, entende-se a dificuldade dos indivíduos em participarem em nível macro com um olhar para mudança social. Daí que o sujeito contenta-se em participar em nível micro, porque se beneficia individualmente e de forma imediata. (BORDENAVE, 1994).

As práticas participativas possuem uma ampla articulação com o Serviço Social, isso desde o surgimento do código de ética de 1993. Portanto, se faz necessário remeter aos processos da relação entre o Serviço Social e o termo participação, para dessa forma compreender a importância que as práticas participativas têm na atuação do Assistente Social.

Entender como se definem as práticas participativas, bem como seu contexto sócio-histórico no Brasil, e a sua relação dentro do Serviço Social é o primeiro passo para assim compreender os desafios enfrentados por profissionais. Neste caso,

compreender os Assistentes sociais na sua atuação direta com práticas participativas tanto em nível micro quanto macro.

2.1 DEFINIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

A origem da palavra participação vem da palavra parte, pois participar é fazer parte, tomar parte ou ter parte, de acordo com Bordenave (1994). Contudo, essas expressões mencionadas se diferem na forma de pensar a participação, pois o indivíduo pode fazer parte, tomar parte e não ter parte. Ou seja, o indivíduo pode muitas vezes participar de algumas ações, mas sem ter o direito de participar das decisões. Nesse sentido, Bordenave (1994, p.23) enfatiza que “a prova de fogo da participação não é quanto se toma parte, mas como se toma parte”.

A participação está atrelada a vida do ser humano, sendo assim, uma necessidade deste, e não só uma técnica possível de soluções de problemas. Bordenave (1994, p.16) evidencia que,

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirma-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. Conclui-se que a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros e uma instrumental – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

Segundo Bordenave (1994), existe a micro e a macro participação no qual a micro é a participação em grupos familiares (primário), associações, sindicatos (secundário), movimentos de classe (terciário). A macro é um olhar mais abrangente sobre a participação. De acordo com Bordenave (1994, p. 24), “o cidadão, além de participar em nível micro na família e nas associações, também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas”. Essa macro participação para Bordenave (1994) é conhecida também como participação social. A participação em grupos operativos estaria, portanto, em um nível secundário de participação, que pode e deve estar articulado ao nível macro. Muitas pessoas participam somente em nível micro, sem ter consciência que poderiam e deveriam

participar em nível macro. Assim, a participação em nível macro pode proporcionar uma mudança de impacto na sociedade.

Bordenave (1994) contextualiza a participação em várias formas: trazendo com um primeiro tipo a participação de fato, ou seja, é aquela no qual o cidadão é livre para participar em qualquer núcleo como a família, igreja; como um segundo tipo a participação espontânea aquela que faz com que o indivíduo forme grupos de amigos, vizinhos, entre outros; como um terceiro tipo ele destaca a participação imposta em que o indivíduo é obrigado a participar de certos grupos, em virtude de sua cultura, por exemplo; em um quarto tipo ele traz a participação voluntária, sendo este um tipo de participação criada pelos próprios participantes que definem seus próprios métodos e objetivos.

Dessa forma, o ato de participar está implicado na vida dos sujeitos, nas mais diferentes formas. Contudo, faz-se necessário uma conscientização por parte do indivíduo, de que este não é um ser único na sociedade que necessita de uma articulação em conjunto com o demais, em vista de uma transformação social. Rousseau (1978), destaca que a participação leva à alternativas de desenvolvimento a partir de um desempenho particular, social e político, no qual o indivíduo passa a não considerar somente seus interesses individuais e, sim, do coletivo.

Dentro do contexto atual da sociedade, no modo de produção capitalista que tem como consequência uma grande desigualdade social, fruto das mais diversas expressões da questão social, como desemprego, pobreza, exclusão, entre outras, a maioria da população vive em situação de vulnerabilidade social. Isso nos remete a uma realidade de sociedade que requer uma transformação social. Nesse sentido, que se faz necessária à consciência por parte da população de que é preciso pensar a participação como uma estratégia de transformação social, dentro de um processo justo em que todos tenham, as mesmas condições de participar.

[...] é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, se quisermos seguir no mesmo modo de falar de todos. Esta participação significa não apenas contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta. (GANDIN, 2013, p.28).

Amman (1977) reconhece que para a participação acontecer são necessárias condições subjetivas a tal. Ele destaca três momentos fundamentais para a participação social, sendo o primeiro momento de esclarecimento, ou seja, ter clareza do porquê participar, bem como dos objetivos da participação, um segundo momento seria a motivação em que aponta as razões que levam a motivação do indivíduo a participar, e o terceiro e último momento seria a educação para participar em que o aprendizado a partir de uma necessidade sentida, seja capaz de mudar o comportamento do indivíduo através de novas ideias.

Bordenave (1994) ressalta que a não participação é um fenômeno marginal, em que o indivíduo fica à margem de um processo, sem intervir nesse, sendo que, muitas vezes é visto de forma negativa pela sociedade. O autor salienta que essa marginalidade se dá, sobretudo, em decorrência da falta de oportunidades, falta de conhecimento, alienação, consequências essas de uma grande desigualdade social existente na sociedade.

A participação é algo fundamental para o desenvolvimento humano e social, dessa forma, Bordenave (1994, p. 25) ressalta que,

Uma sociedade participativa seria então aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a Estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isso possível.

Nessa concepção, a participação social não se refere somente ao espaço das políticas sociais, mas também, e sobretudo, à capacidade de atuar e interferir na esfera da produção social, da organização do trabalho e da reprodução da vida social.

A participação social é um conceito e um princípio importante dentro do Serviço Social, estando presente no Art. 5º do Código de Ética do Assistente Social de 1993. Esse Código no qual os Assistentes Sociais se guiam atualmente é uma conquista que afirma um novo perfil, de profissional mais capacitado em relação à conhecimentos teóricos, técnicos e políticos. Mas essa conquista só foi possível após todo um processo histórico que marcou o Serviço Social, sendo este o Movimento de Reconceituação.

Esse movimento fez com que o Serviço social rompesse com o Serviço Social tradicional que atuava com base no assistencialismo e na caridade, e fizessem com

que os Assistentes Sociais passassem a atender as demandas da questão social pautando-se em bases teóricas-metodológicas. “A Reconceituação rompe com as práticas do Serviço Social Tradicional trazendo uma nova roupagem e um verdadeiro significado no que diz respeito à atual identidade profissional”. (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, p.4).

Portanto, dentro do Serviço Social, a participação é vista através da sua mobilização nos processos político-organizativos, principalmente por formas de controle social como também através dos processos socioassistenciais, no caso do trabalho com grupos operativos, pois trata-se de uma abordagem direta com o usuário.

Ao atuar nas práticas participativas, por meio dos processos socioassistenciais e com a técnica de intervenção com grupos operativos, o profissional desenvolve uma atividade coletiva que tem por finalidade esclarecimento, mobilização para o controle democrático, luta e enfrentamento das expressões da questão social. O trabalho com grupos é considerado um exercício democrático, pois abre espaço para uma construção coletiva de algo novo, a partir da realidade concreta dos usuários e do que é manifestado por eles, bem como um compartilhamento de poder. (EIRAS, 2012).

O Assistente Social tem um compromisso ético-político com a participação popular, com base no seu código de ética de 1993, bem como, ressalta Kruger e Machado (2015, p.58),

Em relação à participação, as publicações destacam a inserção das entidades da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, nas lutas pela formulação das leis orgânicas estaduais e municipais das diferentes políticas sociais, pela instituição e funcionamento regular dos respectivos Conselhos deliberativos, pela chamada periódica das Conferências. Além disso, atualmente o CFESS e os CRESS participam de diversos conselhos municipais, estaduais e nacional, bem como de fóruns que constituem espaços de luta pela defesa das políticas sociais universais.

Em vista disso, compreende-se que as práticas participativas em nível macro são bem presentes no Serviço Social, implicadas diretamente na atuação do Assistente social, seja na forma de controle democrático, ou de uma forma mais direta em nível micro nos processos socioassistenciais.

2.2 HISTÓRICO DAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL

Os processos participativos no Brasil são desafiadores, pois, historicamente, o desenvolvimento capitalista brasileiro seguiu em uma perspectiva da ausência de institucionalidades democráticas e também sem a participação da população. (KRUGER, 2008).

Algumas das primeiras práticas participativas no Brasil ocorreram na década de 1920, em meio a uma crise política dos tenentes coronéis, quando o Estado começou a intervir na saúde do trabalhador. Com isso, em 1923, tem-se a criação da Lei Elói Chaves, no qual se formaliza as famosas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS). Surge, assim, um modo de participação, pois para discutir os direitos dos trabalhadores era necessária a presença de um representante das CAPS, ou seja, de um trabalhador que por sua vez é um membro da sociedade. Dessa forma, observa-se que,

As CAPs eram financiadas pela União, pelas empresas empregadoras e pelos empregados. Elas eram organizadas por empresas, de modo que só os grandes estabelecimentos tinham condições de mantê-las. O presidente das mesmas era nomeado pelo presidente da República e os patrões e empregados participavam paritariamente da administração. Os benefícios eram proporcionais às contribuições e foram previstos: assistência médica-curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral. (BRAVO, 2000, p.3).

Já na década de 1930, com o governo nas mãos de Getúlio Vargas, que governa ininterruptamente até 1945, temos um período marcado por uma forte industrialização e o surgimento das políticas públicas. É também nesse período que mediante a uma grande revolta da população, em 1934, se tem a criação da primeira Constituição Federal brasileira, que marcava o início do governo constitucionalista de Getúlio Vargas que vai até 1937, quando se inicia a Ditadura, período pelo qual Getúlio através de um Golpe se mantém no poder.

Na década de 1930, os sindicatos dos trabalhadores possuíam como característica uma forte participativa, pois eles eram o elo de mediação entre o governo e a sociedade. Portanto, mediante os sindicatos é que se dava a participação popular, mais especificamente dos operários, em meio às ações do Estado. Sobretudo essa “participação” através dos sindicatos também era considerada uma forma pela qual o governo de Vargas condicionava um forte

controle sobre a população. Esse modo de participação fazia parte de um modelo populista de governo em que se procurava ter proximidade com as classes menos favorecidas, mas ao mesmo tempo um controle e um poder autoritário sobre elas. (BRAVO, 2000; PANDOLFI, 2003; AGUIAR, 2011).

Na década de 1950, as práticas de participação recebem uma grande ênfase, sustentadas pelo método de trabalho de Desenvolvimento em Comunidade, que contou com uma grande participação do Serviço Social. Os Assistentes sociais da época eram considerados os mediadores dos programas criados pelo governo no processo desenvolvimentista.

Em 1959, um grupo de especialistas internacionais, ligados à ONU, reafirma novamente a importância do Serviço Social. Este se define como uma atividade organizada, cujo objetivo é contribuir para a adaptação recíproca dos indivíduos e de seu meio social. (AGUIAR 2011, p.119).

Dentro do método desenvolvimentista, se enfatiza muito a participação popular, em que supõe um desenvolvimento comunitário através da execução de programas os quais viabilizassem o enfrentamento das situações do subdesenvolvimento. A partir desse método de desenvolvimento se compreende a participação popular como uma peça chave em que o governo a utiliza através de programas que isentam o compromisso do Estado com a sociedade. Dessa forma, entende-se o Desenvolvimento de comunidade como,

Todos colaboram para o desenvolvimento e a colaboração é diferente de acordo com a posição de cada um: uns com o trabalho, outros com o capital, todos se beneficiam com o desenvolvimento e os benefícios são diferentes de acordo com a diferença de colaboração: os que colaboram com o capital recebem capital acrescido com o desenvolvimento e produtividade: os que colaboram como trabalho recebem maior valorização social e humana. (LIMOEIRO, 1977, p.138).

Em outras palavras, a participação popular oferecia uma mão de obra barata aos programas desenvolvimentistas. A população participava apenas através de seu próprio trabalho no processo de desenvolvimento da sociedade. Assim, os programas de desenvolvimento de comunidade manipulavam a participação. A comunidade não participava das decisões e sua inserção participativa nos programas só era bem-vinda para contribuir como força de trabalho. Nesse contexto social é que surgem os Centros Sociais, os quais dão representatividade nas

práticas desenvolvimentistas através de trabalhos nas comunidades, preferencialmente, nas questões materiais. (AGUIAR, 2011).

Durante muitos anos, a partir do golpe de 1964, a população no Brasil não tinha voz e nem vez, sendo submetida ao regime autoritário da ditadura militar. Nesse período, a sociedade não tinha direito de se manifestar, somente obedecia às ordens dos militares que se encontravam no poder ao governar o país. Com o controle do grande capital privado nas mãos dos grandes capitalistas e com os militares no poder, a população mais vulnerável da sociedade mantinha-se submissa e amedrontada. Segundo Bravo e Correia (2012, p.127),

[...] durante o período da ditadura militar existiu um forte controle do Estado autoritário sobre o conjunto da sociedade, forma que a classe dominante encontrou para exercer sua hegemonia, dando suporte para a consolidação do capitalismo monopolista.

Após um longo período marcado por um forte poder autoritário da ditadura militar, na década de 1980, aconteceu um movimento de vários grupos da sociedade contra esse regime autoritário, tais grupos eram constituídos por populares, estudantes e profissionais em uma luta conjunta pela redemocratização do país. (KRUGER, 2008).

Para além da luta dos movimentos sociais, nessa mesma época, havia um grande interesse da burguesia em romper a aliança com o governo da ditadura militar, o que fortaleceu muito a luta pela redemocratização. (COUTINHO, 2006). Nesse sentido, Kruger (2008, p.76) ressalta que,

O amplo leque de movimentos pela redemocratização fez com que o Brasil reconhecesse formalmente um conjunto de direitos sociais que devem se realizar especialmente com base nas diretrizes da descentralização e participação da comunidade (ou a participação da população).

Nesse momento é que se começa a pensar mais na importância das práticas participativas, o quanto se faz importante à gestão democrática e a ideia de um crescimento a partir do fortalecimento da relação Estado X Sociedade. (KRUGER, 2008).

Um dos movimentos sociais que mais se destacou na luta pela redemocratização foi o Movimento da Reforma Sanitária², no qual Bravo e Correia (2012, p.129) evidenciam que:

Após um longo processo de lutas sociais em torno do direito à saúde, capitaneado pelo Movimento de Reforma Sanitária, a participação da comunidade e descentralização torna-se diretrizes de novo Sistema Nacional de Saúde na Constituição Federal de 1988. Esta participação foi regulamentada pela Lei n. 8.142/90, por intermédio das conferências e dos conselhos.

A grande conquista de todo esse movimento de luta e resistência da sociedade na década de 1980, foi o fim do regime militar e também a criação de uma nova Constituição Federal em 1988, que reconhece os direitos sociais e a participação da comunidade. (KRUGER, 2008).

Dessa forma, Bravo (2000, p.01), destaca que “[...] com a promulgação da Constituição de 1988 que inaugura um novo sistema de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social”. Com o reconhecimento dos direitos sociais e a criação da Seguridade Social, surge assim uma forma legal do Estado de garantir o direito à proteção social para a sociedade brasileira. Contudo Baptista (1998, p.1) ressalta que,

O ideário da seguridade social apresentou semelhanças com o ideário político desenvolvido nos sistemas de proteção social do *Welfare State* europeu, retratando o compromisso do Estado na formulação de políticas mais efetivas na área social e na composição de uma aliança política entre a área econômica e a área social do Estado.

Depois de um longo período marcado por práticas participativas, que eram funcionais ao Estado na sua busca de manter o controle sobre a sociedade e após as transformações sociais e políticas que foram ao longo do tempo de modificando a participação popular, surge a expressão “controle social”, no qual a população passa a ter mais controle sobre as ações do Estado (ROLIM et al, 2012). Nessa nova concepção, o controle social surge com o propósito de inserir a participação popular

² Reforma Sanitária: Movimento social que tinha como princípios centrais o direito universal à saúde; o caráter intersetorial dos determinantes da saúde; o papel regulador do Estado em relação ao mercado de saúde; a descentralização, regionalização e hierarquização do sistema; a participação popular; o controle democrático e, fundamentalmente, a necessidade de integração entre saúde previdenciária e saúde pública. (CEBES, 1980).

na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, ou seja, de um controle democrático da sociedade civil nas ações realizadas pelo Estado. (BRAVO, 2000).

Com esses novos mecanismos de controle social, a população começa a participar da formulação, execução e avaliação das políticas públicas, sendo que essa participação se faz de extrema importância, pois, o setor mais interessado nas políticas poderia finalmente participar de todos os seus processos. Portanto, o Controle Social repercute em vários espaços de participação popular como os conselhos, fóruns e conferências. (BRAVO, 2000).

Os conselhos locais são aqueles que se tem a presença de 50% da sociedade civil e os outros 50% entre os prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos, os quais, por vezes, compartilham dos mesmos interesses do coletivo, discutindo, elaborando e fiscalizando as políticas sociais das mais variadas áreas, saúde, educação, assistência social, criança e adolescência, idoso, entre outros. (BRAVO, 2009).

As conferências são espaços para a discussão das políticas sociais com a finalidade de apresentar diretrizes de ação, são realizadas periodicamente para discutir as políticas sociais de cada esfera e propor diretrizes de ação. A elaboração das políticas pelas conferências norteia as discussões dos conselhos. (BRAVO, 2009).

Já na década de 1990, com o neoliberalismo, o Estado passa a ver a participação popular com uma forma de se eximir daquele que seria seu dever enquanto Estado provedor dos direitos básicos à sobrevivência da sociedade, tendo na participação popular uma forma de lançar sobre a sociedade algumas de suas responsabilidades.

A estratégia é a busca de parcerias com a sociedade para que esta assuma os custos da crise, repassando-se assim a responsabilidade pela prestação de serviços sociais de competência do Estado para Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, comunitárias, entre outras. Desta forma, o Estado reduz o seu papel de prestador direto dos serviços, reorientando sua intervenção como regulador e provedor financeiro. (BRAVO; CORREA, 2012, p. 131).

A partir de uma perspectiva neoliberal que resulta até os dias de hoje, os espaços de controle democrático têm se configurado neutros e homogêneos, pois na atual conjuntura se encontram impactos pelos obstáculos criados pelos interesses das classes dominantes, em detrimentos dos interesses da classe subalterna, o que

impõe limites ao real papel do controle social. (BRAVO; CORREA, 2012). “Assim, os conselhos podem se constituir em mecanismos de legitimação do poder e cooptação dos movimentos sociais, que em vez de controlar passam a ser controlados.” (BRAVO; CORREA, 2012, p.136).

Com o tempo, também foram surgindo novas alternativas de controle Social, como os fóruns. Os fóruns são espaços que existem em nível estadual e municipal e são considerados como controle democrático dos conselhos e das conferências (BRAVO, 2012).

A autora Bravo (2012), salienta que a articulação dos fóruns de saúde, com os movimentos sociais, as centrais sindicais, os projetos universitários e os partidos políticos deu origem no ano de 2010 à Frente Nacional Contra Privatização da Saúde, configurando os novos processos participativos da atualidade. A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde surge com o propósito de defender o Sistema Único de Saúde, como um sistema universal e estatal, em sentido oposto às privatizações neoliberais.

Outros processos participativos ganharam evidência em 2013, quando se iniciou no Brasil uma série de manifestações populares. Em um primeiro momento, tais manifestações reivindicavam a desmercantilização do transporte urbano, mas aos poucos foram abrindo espaço para novas pautas de reivindicação.

A partir de uma grande repressão da intervenção polícia nas manifestações a mando do Estado, para além da questão do transporte urbano, os manifestantes passaram a reivindicar o direito à liberdade de manifestação de rua, bem como, à liberdade de expressão e de participação política. Sendo assim, aos poucos o movimento que ficou conhecido com Movimento do Passe Livre (MPL), foi agregando mais e mais reivindicações, que iam de uma esquerda radical a uma direita conservadora.

Presentes nas manifestações também existiam participantes simulando sua participação ou somente para celebrar um momento histórico. Esse leque de reivindicações presentes nas manifestações de 2013 causaram várias divergências entre os próprios manifestantes. Isso tudo se deve a uma democracia em desenvolvimento no Brasil, que dificulta a negociação de grupos em posições contrárias (WARREN, 2014).

Dentro de todo esse contexto Warren (2014, p.423), ressalta que:

Para parte desses participantes, trata-se de um exercício de cidadania, especialmente para aqueles que buscaram aprofundar seu conhecimento de políticas públicas e das principais pautas políticas e sociais. Contribuíram também para a construção de uma memória histórica das lutas sociais por direitos.

Nesse contexto de manifestações, em 23 de maio de 2014, durante o governo Dilma Roussef foi criado o Decreto Nº 8.243 que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação social (SNPS), no qual em seu Art.1º Fica instituída a PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Portanto, a PNPS (2014, p. 06) tem como principais objetivos,

Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social; aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes; promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal; desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento; incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro; desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis; incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para gestores, servidores públicos e sociedade civil; incentivar a participação social nos demais entes federados; fortalecer institucionalmente as organizações da sociedade civil.

Existe uma promessa por parte do governo em que de fato a população participe mais das ações formuladas por esse com o intuito de promover desenvolvimento social, mas as práticas participativas são ainda um desafio, em decorrência de todo um processo histórico, marcado por um governo controlador da sociedade civil.

A participação dos sujeitos, entretanto só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de capacitação para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva, no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público. Nas frações de classe com baixo poder de organização, as dificuldades são ainda mais complexas. (BRAVO, 2009, p. 10).

Contudo, conscientizar a população do quanto sua participação se faz importante, não é uma tarefa fácil, principalmente, para profissionais que atuam com

práticas participativas, no caso dos Assistentes Sociais através do uso de ações interventivas que necessitem da participação do usuário.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS

O termo participação é bastante usado em discursos políticos, mas a sua verdadeira legitimidade não é tão bem esclarecida na sociedade brasileira. (KRUGER e MACHADO, 2015). A participação popular é bastante presente dentro dos processos contemporâneos de trabalho dos Assistentes Sociais. Mas para chegar à relação que existe hoje entre a participação e o Serviço Social é importante remeter-se a trajetória da participação dentro do Serviço Social.

Kruger e Machado, (2015) ressaltam que o Serviço Social, em um primeiro momento, inicia suas práticas em uma perspectiva voltada para ações filantrópicas e de caridade em favor das classes dominantes. Segundo Martinelli (2006, p.127), nessa época se buscava “maior ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora aos limites estabelecidos pela burguesia”.

Mais tarde, nas décadas de 1940 e 1950, o Serviço Social vai aos poucos se modificando, passando de uma perspectiva messiânica atrelada à Igreja Católica para novas concepções ligadas à ideologia desenvolvimentista. Dessa forma, lamamoto e Carvalho (2014, p.328), compreendem que o Serviço Social deixa de uma “distribuição controlada de exígua caridade particular das classes dominantes, para constituir-se em uma das engrenagens de execução das políticas sociais do Estado e corporações empresariais”.

Dentro de um novo modelo de ação profissional, o Assistente social voltado para o desenvolvimentismo, tem um papel de destaque, pois ele passa a ser o mediador entre o Estado e a sociedade. Os Assistentes sociais passam a executar as políticas sociais formuladas pelo Estado com o propósito de conscientizar a população a participar dos programas propostos pelo Estado (MOREIRA, 2017).

Nesse contexto, a participação e o Serviço Social têm um grande envolvimento, sobretudo, porque essa prática participativa atrelada ao Serviço Social dentro dos processos desenvolvimentistas se configura em uma estratégia do governo na época em exigir a participação da população para assim poder lançar sobre ela responsabilidades com relação ao desenvolvimento da sociedade, ou seja,

retirando as responsabilidades da atuação do Estado nesse processo. Kruger e Machado (2015, p.52) deixam claro que,

[...] a participação passou a ser uma estratégia, pois a população começou a ser chamada por algumas políticas governamentais para participar da implantação dos serviços. Essa participação normalmente tinha tom educativo-moralizante e instrumental a fim de evitar doenças (sífilis, febres, sarna, piolhos), contribuir com a limpeza urbana (primórdios da vigilância sanitária e do saneamento básico) e para que os comportamentos não provocassem desordem no meio familiar, social ou nos locais de trabalho (regras matrimoniais, educação dos filhos, loucura, alcoolismo etc.).

Baptista (1987, p.84), também vai ressaltar o sentido da participação popular no processo desenvolvimentista em que, “a participação do cliente no processo não é só como um princípio de valor, mas também como uma estratégia de ação”.

Na década de 1950, os métodos de intervenção presentes dentro do Serviço Social pautavam-se nas dimensões de caso, grupo e comunidade, as quais Kruger e Machado (2015, p.53) ressaltam que,

A abordagem da participação, nas três dimensões, resgata o elemento ético da liberdade individual e a noção de que há em cada homem um potencial de progresso pessoal e, assim poderá encontrar condições para tal nas instituições sociais.

Kruger e Machado (2015) ainda esclarecem que a participação possui caráter pragmático dentro do Serviço Social por meio do Desenvolvimento de Comunidade.

Já na década de 1960, o Serviço Social Brasileiro passa por novas transformações, iniciando as primeiras tentativas de rompimento com o Serviço Social tradicional e conservador a partir de três perspectivas teóricas-políticas: a modernizadora com um Serviço Social interventivo, incentivador e participativo; a de reatualização do conservadorismo aproximando-se da fenomenologia³; a de intenção de ruptura com o serviço Social tradicional, criticando o desempenho da profissão e os seus suportes teóricos, ideológicos e metodológicos. (NETTO, 2005).

Já o que se tem reconhecido na década de 1990 e 2000 como projeto ético-político foi decorrente de grandes acontecimentos que marcaram a história do Serviço social no Brasil, sendo eles: o Congresso da Virada em 1979; as diretrizes

³ Fenomenologia no Serviço Social apropria-se de uma visão de pessoa e comunidade, dirigindo-se aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de contribuir para que esses sujeitos existentes sejam singulares em relação aos outros (YASBEK, 2009).

curriculares de 1982; e o Código de Ética de 1986. Nessa mesma época, o Serviço Social volta-se para pensamentos marxistas. (KRUGER; MACHADO, 2015).

Na década de 1980, tem-se um Serviço Social muito ligado aos movimentos sociais na luta pela redemocratização do país, indo contra o regime autoritário da ditadura militar. Portanto é nessa época que o caráter legítimo da participação começa a ganhar mais sentido dentro do Serviço Social, Kruger e Machado (2015, p. 54) enfatizam que,

Avalia-se que foi nessa conjuntura que o tema da participação no exercício profissional passa a tomar um sentido diferenciado ao desmistificar o ideário desenvolvimentista. No âmbito da categoria profissional, a participação se torna sinônimo de organização política por reconhecimento profissional, por condições de trabalho e para garantir a formação e o exercício profissional sob bases teóricas, políticas, éticas e metodológicas pautadas na leitura de intérpretes do marxismo.

No desenvolver de todo o processo de ruptura do Serviço Social e com a redemocratização, a participação se evidencia como uma categoria chave dentro do Serviço Social. Isso acontece, especialmente, por estimular a autonomia do(a) usuário(a), cultivada pelo profissional através de sua relação com os usuários, por meio das instituições, e também através de trabalhos com grupos e com a comunidade nas ações educativas. (KRUGER; MACHADO, 2015).

Atualmente é grande o envolvimento do Serviço Social com a participação popular, pois dentro dos espaços de atuação o profissional dessa área deve contribuir para viabilizar a participação dos usuários nos processos de planejamento e avaliação das políticas públicas; democratizar questões evidenciadas pelos usuários no espaço dos conselhos; visar o fortalecimento do controle social. (CFESS, 2010).

Os processos de trabalho nos quais se insere o Assistente social estão implicados com o que Bordenave (1994) chama de participação em nível macro, além de ter um grande envolvimento do Serviço Social com os processos de controle democrático que envolvem tanto o usuário quanto o profissional.

Essa participação em nível macro é aquela que Bordenave (1994) vai considerar para além do ato da simples participação associativa, já que envolve a busca por uma mudança social. Dessa forma, a participação em nível macro vai de encontro com os ideais do Serviço Social brasileiro. Conforme Guerra (2000, p.09),

no horizonte do exercício profissional: no cotidiano das classes vulnerabilizadas, em termos de modificar empiricamente as variáveis do contexto social e de intervir nas condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos (visando a mudança de valores, hábitos, atitudes, comportamento de indivíduos e grupos.

Dessa forma o Código de Ética do Assistente social de 1993, ressalta que,

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

Com isso, entende-se que se faz necessária uma transformação social de modo que a sociedade seja mais igualitária e que todos os sujeitos possam definitivamente exercer seus compromissos e também acessar seus direitos enquanto cidadãos.

Dentro do fazer profissional do Assistente social, como enfatiza Cardoso (2008) existem várias técnicas que podem ser utilizadas por este profissional em seus processos de trabalho, como visitas domiciliares, acolhimento, grupos operativos, entre outros.

A intervenção por meio de grupos operativos é um das técnicas que pode ser utilizado pelo assistente social, sendo-lhe atribuído destaque neste trabalho, devido à sua relação com as práticas participativas. A técnica de intervenção com grupos só acontece mediante a participação dos usuários nas ações em grupos propostos por um Assistente Social. A intervenção através de grupos operativos é pautada em ações socioeducativas, relativamente atreladas à participação popular.

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas. (CFESS, 2010, p.55).

Desse modo é de grande relevância um estudo sobre como se concretizam as práticas participativas nesses espaços de atuação do Assistente Social. A relação entre as práticas participativas e o Serviço Social é bem ampla e principalmente dentro das ações com grupos operativos realizados pelos Assistentes Sociais.

3 A PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS OPERATIVOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Dentro da história do Serviço Social as primeiras atividades realizadas por grupos operativos com a participação popular eram pensadas na individualidade de cada um. Os sujeitos pudessem tinham voz, pois eram somente ouvintes dos profissionais da época ao priorizarem as entrevistas e acolhimentos individuais. “O trabalho dos agentes de Serviço Social tinha como fim sempre o indivíduo, independente das ações profissionais realizadas”. (MOREIRA, 2017, p.67).

Na busca de compreender o comportamento individual sem a compreensão dos determinantes sociais, “Esse modelo teórico-analítico de interpretação dos grupos e de suas dinâmicas adequa-se em boa medida a muitos dos interesses próprios do ideário burguês [...]” (MOREIRA, 2017, p. 65).

De acordo com Eiras (2012), a metodologia através de grupos ainda permeia o fazer profissional do assistente social mas com uma visão diferenciada. Nessa metodologia, os usuários presentes são sujeitos que vivenciam as mesmas situações decorrentes das expressões da questão social, no qual se pretende ter uma discussão ampla de como enfrentar essa realidade, lhes garantindo o direito à informação, resgate de cidadania e autonomia.

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são locais que mais se trabalha com grupos socioeducativos. “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.” (PNA, 2004, p.35).

Um dos maiores desafios encontrados ao realizar a prática interventiva por meio de grupos operativos é obter a participação do usuário na ação proposta. “Os dados demonstraram que a participação se dá predominantemente pelo recebimento de algum benefício ofertado nos encontros [...]” (HORTA et al, 2009, p.298).

Trabalhar com grupo socioeducativos envolve muito a participação do usuário, posto isto nota-se a grande relevância de se ter um olhar para a forma como se planejar essa técnica, para que ela tenha a adesão necessária para sua evolução. A não adesão a esses projetos muitas vezes, se dá por um não planejamento adequado do profissional executor e, também, por todo o contexto histórico referente à relação Estado x Sociedade no processo de participação social. Tenório e Rozemberg (1997, p.119) ressaltam,

Obstáculos como à falta de uma prática mais prolongada de participação social, o descrédito com relação às instituições públicas, e mais, a descontinuidade administrativa e a carência de recursos, sobretudo os de natureza financeira, são ameaças que rondam o futuro dos projetos.

Nessa direção, o profissional deve refletir sobre estratégias metodológicas que promovam a participação e qualificação de trabalhos com grupos. Primeiramente, buscar promover a adesão dos usuários aos grupos com o intuito de permitir que o usuário tenha voz, possa indagar, aprender e refletir dentro daquele grupo socioeducativo que lhe foi proposto. Portanto, para que se efetive de forma satisfatória é necessário clareza no que se quer chegar com determinada atividade socioeducativa, como por exemplo, melhores condições de vida para o usuário e enfrentamento das situações de vulnerabilidade no qual se encontra.

3.1 OS PROCESSOS GRUPAIS E A PARTICIPAÇÃO

Um grupo é evidenciado quando duas ou mais pessoas estão presentes em um mesmo espaço, ligadas em virtude das mesmas finalidades. Dentre os autores que abordam essa temática temos Pichon Rivière (2009) e Lane (1989) que partem da ideia, que um grupo além de ser apenas a união de duas ou mais pessoas em busca dos mesmos interesses está diretamente associado às relações sociais e às relações de interdependência entre os indivíduos, bem como, com as transformações sociais. Bastos (2010, p. 162) com relação ao termo grupo enfatiza que,

Neste sentido, podemos dizer que há uma rede de interações entre os indivíduos. A partir destas interações, o sujeito pode referenciar-se no outro, encontrar-se com o outro, diferenciar-se do outro, opor-se a ele e, assim, transformar e ser transformado por este.

Pichon Rivière (2009) caracteriza um grupo como a união restrita de indivíduos em um mesmo espaço em uma tarefa implícita sendo esta a sua finalidade.

Com as características apresentadas em relação ao termo grupo, compreende-se que um grupo para além de ser um conjunto de pessoas está implicado nas relações sociais, pois para que exista um grupo é necessário que os sujeitos se relacionem e dentro dessa relação entre os sujeitos acaba por existir

trocas que podem assim causar transformações nos indivíduos de um grupo. Segundo Wallon (1975) um grupo possibilita assim uma interação entre os sujeitos, isto é, nas relações sociais, de forma que através dele os indivíduos partilham de significados diferentes em relação a conhecimentos e valores dos membros do grupo.

O grupo se faz presente na vida das pessoas. Wallon (1975) ressalta que desde infância o indivíduo começa a perceber um grupo, pois o primeiro grupo em que a pessoa participa é o grupo familiar. Quando criança, o indivíduo já começa a estabelecer uma relação com outros membros da família, sendo que na família existem pessoas ligadas em um mesmo espaço e que se relacionam em virtude das mesmas finalidades.

Lane (1989) caracteriza um grupo como sendo uma forma de transformação social, em que a partir da articulação dos sujeitos membros do grupo é possível um pensar mais amplo e coletivo. Dessa forma, Lane (1989, p.78) salienta que,

[...] o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (Indivíduo sozinho X Indivíduo em grupo), mas sim como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam.

Wallon (1975) considera que um grupo é de grande importância para que o indivíduo tenha plena consciência de si, pois dentro do processo de grupo é possível se fazer a diferenciação entre o eu e o outro. Os indivíduos de um grupo apesar de serem de caráter apostos são interdependentes no que se constituiu uma conexão conjunta, de modo que o eu necessita se construir e, assim, diferenciar-se do outro para conseguir ter noção do seu próprio eu. Portanto, o grupo é fundamental na construção da identidade do indivíduo, mas também, e, sobretudo, para a conformação de uma identidade grupal, especialmente, da identidade de classe a partir da qual se forma um sujeito coletivo.

Nesse sentido, observa-se que um grupo é de grande relevância nas relações sociais, além de contribuir no desenvolvimento humano, e de ampliar a compreensão do comportamento humano. Wallon (1975) coloca que aos poucos os grupos vão surgindo na vida do indivíduo, sendo o primeiro grupo que este participa

o grupo familiar, e a medida que vão surgindo as oportunidades o sujeito vai se inserindo em novos grupos, como a escola, indicando novas práticas sociais.

Diante das características apresentadas de um grupo a transformação social é uma delas. Nesse sentido, Pichon Rivière (2009) aponta o grupo como um instrumento que possibilita uma transformação, pois os membros de um grupo compartilham dos mesmos ideais e interagem através de um vínculo que estes estabelecem. O vínculo estabelecido possibilita uma interpretação da realidade de cada um que se relaciona no grupo. Portanto, através de trocas de conhecimentos e a formação de ações em conjunto levam a uma possível mudança.

Ao analisar as teorias acerca do termo grupo é necessário abordar a diferença existente entre o termo grupo e agrupamento. Zimmerman (1997), entende que agrupamento é quando se tem pessoas reunidas com os mesmos interesses, na busca dos mesmos objetivos. Porém, deve ressaltar-se que enquanto não for estabelecida uma organização em um grupo, uma estrutura coesa com regras não se pode dizer que se trata de um grupo. Pois um grupo formado apresenta uma organização estruturada com bases em regras e posições hierárquicas.

Para além de um grupo coeso e estruturado, Lane (1989) ressalta deve haver na relação entre os indivíduos uma sistematização entre eles que possibilite trocas, em que essas trocas sejam transformadoras desses sujeitos.

Pereira e Zanella (2001, p.107), com relação ao termo grupo destacam que “[...] o grupo é tanto um espaço de conjunção de singularidades, instância que remete à diversidade de sujeitos, quanto do compartilhado, elo de ligação da pluralidade”. Isto é, dentro do coletivo proposto por um grupo também é necessário que as particularidades sejam respeitadas, pois cada indivíduo é um dentro do grupo e mesmo não se tratando de um processo individual é necessário a noção que cada ser é único dentro de um todo de coletividade.

Como um grupo é o processo pelo qual várias pessoas se relacionam mutuamente com o intuito dos mesmos propósitos, em que dentro desse processo é possível compreender alguns aspectos com relação ao comportamento humano, é fundamental compreender um grupo dentro de uma perspectiva histórica. Nesse sentido Lane (1989, p. 81-82) evidencia que,

[...] e todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de

organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada. De fato, o estudo fracionado de pequenos grupos tem endossado os aspectos ideológicos inerentes ao grupo como naturais e universais, reproduzindo, assim, ideologia com roupagem científica.

Para Lane (1989) os grupos são capazes de transformações à medida que atuam através de ações que sanem suas necessidades. Desse modo ela considera que existem tipos de grupos.

- a) Grupo aglutinado: esse grupo estabelece as ações em conjunto, a partir das soluções esperadas pelos participantes;
- b) Grupo possessivo: é aquele grupo que tem um coordenador, mas as ações necessitam da participação de todos ocasionando interação entre os membros;
- c) Grupo coesivo: esse grupo tem uma melhor aceitação dos participantes na medida em o líder possibilita certa segurança ao evitar a entrada de novos participantes no grupo;
- d) Grupo independente: nesse grupo há a distribuição de poder entre todos em que à medida que os ideais do grupo vão sendo alcançados vão surgindo novos objetivos, este grupo se caracterizam por uma autogestão.

A autora Lane (1989, p.81) destaca que, “[...] que não há tipos puros de grupos, pois estes estão sempre se processando dialeticamente, uma etapa englobando aspectos da etapa anterior”.

Dentro das mais diversas formas de se trabalhar com grupos existe a técnica dos grupos operativos que consiste em uma técnica de intervenção bastante usado pelos Assistentes Sociais. Segundo Pichon-Rivière (2009, p.271) “Os grupos operativos se definem como grupos centrados na tarefa”. Esta técnica de grupo aborda as relações entre os grupos e os sujeitos. Pichon Rivière (2009), enfatiza que, em um grupo operativo existe uma tarefa, e que a partir desta tarefa, se dá a aprendizagem do grupo, por meio do relacionamento entre os membros do grupo e a tarefa proposta, sob a forma de aprendizagem coletiva. O grupo operativo se diferencia de um grupo psicanalítico ou de terapia segundo Pichon Rivière (2009) por ser um grupo centrado na aprendizagem grupal, já a terapia leva em consideração o problema pessoal do indivíduo não incluindo esse problema na

totalidade do grupo.

Pichon Rivière (2009), ressalta que, para além de ter seu foco na tarefa, um grupo operativo deve conectar os membros do grupo com a tarefa do grupo, ou seja, manter um vínculo entre os membros, e os membros uma relação com a tarefa. Em que desse processo de relações, são possíveis as trocas de conhecimentos e, por fim, o desenvolvimento humano e social. Pichon Rivière (2009) ainda ressalta que essa tarefa possui três características em sua totalidade, que são: aprendizagem global, total e fundamentalmente de carácter social. Dessa forma, compreende-se que um grupo operativo se bem trabalhado tem um carácter social fundamental para a sociedade de forma geral.

Na medida em que um grupo se forma de modo organizado e coeso o que se torna uma característica importante nesse grupo é a participação dos indivíduos, pois é denominado um grupo quando duas ou mais pessoas se reúnem. Dessa forma é indispensável à participação para que um grupo seja de fato formalizado. Sobretudo, pensar a participação dentro de um grupo leva a uma análise de como é o sujeito dentro de um grupo. O que realmente é considerado como participação em um grupo? Lane (1989, p.87) deixa claro que,

Quanto ao aspecto de participação no grupo, as observações feitas sugeriram de início que este poderia se caracterizar em termos de oposição e/ou conflitos, porém observações subsequentes, em outras condições, indicavam que a participação ocorria na forma de “acréscimos” ou “contribuições”, dentro de um processo de comportamentos encadeados. As observações também permitiram analisar o significado de comportamentos paralelos, como comentários entre duas pessoas, que, mesmo se relacionados com o tema em discussão, só poderiam ser entendidos como participação no momento em que fossem compartilhados por todos os membros do grupo; ou seja, em nada resultaria alguém ter uma “ideia genial”, se esta não fosse transmitida a todos; neste sentido, por mais “participante” que cada indivíduo se sentisse, isto não teria significado para o processo grupal: apenas a ação efetiva compartilhada com os outros é que poderia ser caracterizada como participação.

Dessa forma, a participação de um indivíduo em um grupo é compreendida quando este interage, contribui, expõe seus ideais e não se coloca apenas como mais um dentro de um espaço coletivo.

A participação deve ser compreendida pelo sujeito, de maneira que este tenha consciência da sua importância enquanto membro de um grupo. Este processo parte de um processo de micro participação com uma perspectiva macro,

isto é, participando com o intuito de promover transformações sucessivas, na vizinhança, no bairro, no país, entre outros.

Essa consciência possibilita aos sujeitos uma maior reflexão e articulação de todos os participantes em benefício da coletividade. A proposta é que o sujeito não apenas participe de corpo presente em um grupo, mas também se relacione e interaja com suas colocações. Este tipo de prática proporciona ao grupo maior sustentação para realizar as ações concretas em busca dos objetivos propostos. Assim, o pensar da coletividade é o que dá sentido ao grupo formado. Lane (1989) aponta que é necessário que não ocorra uma cristalização da participação dos sujeitos, o que significa evitar qualquer comportamento diferente ou questionamentos, tornando o sujeito um membro alienado em relação à totalidade do grupo.

Um grupo tem seus ideais e suas ações, mas isso por si só não garante ao grupo sucesso sem que aconteça a participação de todos os sujeitos. É necessária a participação dos membros de forma consciente para que o grupo se constitua a partir da relação entre seus membros, por meio de um processo de aprendizagem, que se caracteriza em forma de uma tarefa. Só assim pode-se ter êxito no processo de aprendizagem, o que reflete nos processos de transformação social.

3.2 O DEBATE DOS GRUPOS DOS GRUPOS OPERATIVOS NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM GRUPO E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

O Serviço Social é uma categoria que se caracteriza a partir de três dimensões que dão o devido suporte ao seu exercício profissional, a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política. Essas dimensões supõem outras como a investigativa, interventiva e formativa. (GUERRA; BACKX; SANTOS, 2012).

Em relação às dimensões do Serviço Social, Guerra et al (2015, p.18) enfatizam que,

Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado.

Portanto, compreende-se que deve existir uma conexão de teoria e prática que dê o devido suporte para que o assistente social possa, assim, utilizar a técnica de intervenção mais adequada para cada situação. Entretanto, Guerra et al (2015, p. 22) ressaltam que, “[...] os instrumentos e o conjunto de instrumentais técnico-operativos colocam em movimento as demais dimensões do exercício profissional.” Com isso, entende-se o quanto uso do instrumental adequado é importante no trabalho do assistente social, são vários os instrumentais que fazem parte de seu fazer profissional, entre eles está a técnica com grupos operativos, sendo esta uma atividade baseada em um trabalho socioeducativo. (EIRAS, 2012).

Um grupo como já mencionado anteriormente, segundo Lane (1989) é uma categoria que trabalha sob a perspectiva de transformação social indo ao encontro do que o Serviço Social propõe. Sobretudo, ao trabalhar com essa técnica de intervenção, o profissional se depara com vários desafios, sendo um deles o foco deste trabalho que é a participação dos usuários. Lane (1989) ressalta que a participação é fundamental para que se tenha um grupo coeso e articulado, para além da participação estão a historicidade e também as relações sociais.

Para Sartre (1960), a ação interventiva através de um grupo na contemporaneidade se caracteriza como um momento bastante importante da práxis humana, ou seja, nas transformações humanas que levam também a transformações históricas. Portanto à medida que o campo do Serviço Social vai articulando novas alternativas que contribuam para um bom desenvolvimento de um grupo, em que este consiga resultados positivos nas transformações humanas, estará também contribuindo para a sociedade de forma geral.

Com relação ao sucesso de um grupo e a participação dos usuários Fortuna et al (2005, p.07) destaca que,

Existe um medo básico denominado medo do ataque e da perda. Medo do ataque daquilo que já conhecemos medo da perda da individualidade, e isso gera uma certa ansiedade. Envolve mudanças que ao mesmo tempo desejamos e tememos. Mudanças requerem novas adaptações, nova aprendizagem.

Nesse sentido é possível compreender que o ser humano tem um certo medo de mudança e, para além disso, no Brasil, o processo de participação vem em um contexto histórico que gera uma insegurança por parte da população, já que, muitas vezes, a participação não se configurava da forma legítima e, sim, como forma de

controle ou de lançar para a população o que seria o papel o Estado. Segundo Kruger e Machado (2015, p. 50),

A formação social brasileira é subordinada e, por essa particularidade, a afirmação dos institutos democráticos que atingem o campo da participação popular não se generalizou. Os direitos sociais, além de tardios, se constituíram como um campo de regulações ad hoc e vem contribuindo para o tenso processo de acomodação da democracia formal nas últimas décadas. As relações econômicas aqui forjadas não abriram espaço para as demandas da cidadania. A conquista legal dos direitos políticos e sociais, com alguma perspectiva de generalização social, é algo muito recente no Brasil, surgindo com a Constituição de 1988.

Ao fazer parte de um grupo também podem surgir dúvidas nos indivíduos, de qual o seu papel dentro daquele espaço. Dessa maneira, Lane (1989), ressalta que o sujeito deve ter consciência de sua presença dentro de um grupo. Nesse sentido, a autora que elucida que,

A partir das observações iniciais, constatou-se que a produção do grupo não poderia ser identificada, necessariamente, com a tarefa nem com os objetivos do grupo. A produção seria a própria ação grupal, que se dá pela participação de todos, seja em torno de uma tarefa, seja visando um objetivo comum. Seria processo de produção o grupo se organizar, assumir papéis, realizar tarefas» em outras palavras, seria se produzir como grupo, ou seja, a práxis grupal, como afirma Sartre, a "materialidade que estabelece as relações entre os homens* \ Nas relações entre os indivíduos, pela participação entre eles, estes se transformam e transformam o grupo, produzindo o próprio grupo. (LANE, 1989, p.89).

Portanto, o assistente social deve estar capacitado e ter pleno conhecimento ao optar por trabalhar com grupo operativos. Segundo Moreira (2017, p.125),

O que queremos dizer é que para que o assistente social desenvolva sua atividade laborativa em consonância com práticas pedagógicas compromissadas com a emancipação humana, o agente serviço Social precisa ter necessariamente consciência deste compromisso e ter claro para si o porquê daquela sua ação.

O profissional que vai atuar com um grupo necessita ter o devido entendimento acerca do papel de um grupo operativo para sociedade. Segundo Moreira (2017, p.124), "o trabalho com grupos aparece assim com o intento de deslocar para o âmbito da coletivização questões que são comumente individualizadas". Assim, o trabalho com grupos orientado por finalidades

democratizantes se coloca como uma porta de entrada para o desenvolvimento do protagonismo coletivo e da emancipação humana.

O potencial estratégico do trabalho com grupos operativos vai além, pois segundo Moreira (2017, p.126), “pode se constituir também como forma de se enfrentar a individualização e compartimentalização características dos processos capitalistas de trabalho”. Dessa forma, os Assistentes Sociais não devem trabalhar com um grupo operativo resumindo este a uma simples reunião, haja vista, que estes têm um compromisso com seu código de ética, bem como com seu projeto ético-político em atuar no enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse sentido que Eiras (2009, p.125) ressalta que “a perspectiva com a qual formamos os Assistentes Sociais aponta-lhes o horizonte amplo de construção social e luta por uma sociedade que supere as relações de exploração entre classes[...]”, isto é, aos Assistentes Sociais cabe atuar dentro de um grupo com o propósito de desencadear transformações sociais.

Ao desempenhar uma atividade com grupo também se faz necessário por parte do assistente social ter um olhar diferenciado, que a formação profissional e a educação permanente lhe proporciona. Eiras (2009) deixa claro que o assistente social deve ter um olhar diferenciado dos demais profissionais que atuam com essa técnica de grupo. E é com este olhar diferenciado que os Assistentes Sociais devem pensar em habilidades a serem construídas para um melhor desempenho com uma ação grupal.

Desse modo, pensar em uma estratégia hábil para um grupo acontecer da melhor forma possível é também pensar em como fazer o usuário ter consciência que sua participação em grupo é fundamental para si e para a sociedade. Zaith (2013), ressalta que os indivíduos devem ter consciência de que precisam se reconhecer enquanto sujeitos que fazem a sua própria história. Para tanto, Gomes (1999) esclarece que os profissionais devem estar cientes da importância de reconhecer a realidade social dos usuários e propor-lhes melhorias, para que assim eles percebam sua participação em um grupo enquanto uma mudança em sua qualidade de vida.

Além de tudo é necessário que dentro do grupo apareçam as particularidades de cada sujeito, de forma que o profissional assistente social faça a devida mediação entre o singular e coletivo. A primeira requisição para o trabalho com grupos é respeitar a individualidade de cada um, sem cair no individualismo, pois é

preciso, ao mesmo tempo, envolver os sujeitos dentro do coletivo de um grupo. Nesse sentido, Eiras (2009, p.143) elucida,

O singular enquanto imediaticidade “encobre” as mediações que permitem a relação com a totalidade social (dimensão da universalidade). Pela dimensão da particularidade torna-se possível a relação singularidade/totalidade social, tornam-se possíveis algumas mediações.

A linguagem utilizada pelo assistente social é bastante relevante dentro de um grupo operativo, no sentido de uma compreensão adequada pelo usuário que estimule a sua participação. Segundo Eiras (2001, p.141), “[...] o principal instrumento utilizado pelos Assistentes Sociais no trabalho com grupos tem sido a linguagem”. Para Freire (1996), não se deve impor ou falar sobre a nossa visão de mundo e, sim, dialogar de forma clara que a visão de mundo se dá das mais diversas formas, refletindo cada visão no mundo que se constitui. O profissional deve estar atento e com clareza dialogar com o usuário.

Serviço Social, participação e técnica com grupo operativo estão relativamente implicados um termo no outro, pois o Serviço Social trabalha com as transformações sociais e emancipação humana, o que sem a participação do homem não acontece, sobretudo, o grupo operativo também trabalha nessa perspectiva de transformações humanas e sociais. Dessa forma, compreende-se a importância que a temática da participação e dos grupos tem para o Serviço Social, apesar da banalização e das distorções que a noção de participação vem sofrendo. Nas palavras de Kruger e Machado (2015, p. 59),

Entendemos que nesta conjuntura a banalização do uso do termo e práticas participativas precisa ser enfrentada pelo Serviço Social tanto nas suas pesquisas como no exercício profissional. Essa participação, tendo em vista a socialização do poder político, a distribuição da riqueza socialmente produzida, o protagonismo popular e o respeito às deliberações dos espaços colegiados sobre a direção das políticas sociais, não se faz em um único espaço profissional nem por uma profissão. É um tema transversal nas diferentes áreas de atuação. A disputa pelo poder de decisão e direção das políticas sociais não pode confundir-se com o projeto ideológico e desmobilizador das lutas de classe que aparece nas retóricas do empoderamento. O Serviço Social, se pautando em seu projeto político, não pode reduzir seu horizonte às pequenas mudanças locais que as práticas conservadoras da lógica do empoderamento promovem, pois apenas confirmam e reforçam a ordem. Trabalhar na direção de uma participação que imprima socialização do poder de decisão política e distribuição das riquezas socialmente produzidas deve impactar fundamentalmente na superação das desigualdades e avançar na emancipação política.

O Serviço Social em seu exercício profissional deve atuar de fato com uma concepção de participação que implique na socialização do poder e da riqueza social. O Serviço Social também deve-se pautar na perspectiva do projeto ético-político profissional, como um modo de enfrentamento das desigualdades sociais. Isso deve ocorrer através de uma participação legítima da população em espaços que possibilitem um pensar coletivo crítico e reflexivo que, seja bem organizado e capacitado e que resulte em respostas positivas para a sociedade.

4 O TRABALHO COM GRUPOS OPERATIVOS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES TRANSFORMAR FAZ BEM

No decorrer do Estágio Supervisionado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRASS) na região leste da Cidade de Santa Maria, foi oportunizado um contato com os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro. Pode-se observar que grande parte das crianças se encontravam em situação de vulnerabilidade social, bem como seus familiares. As crianças e seus familiares, além da situação de pobreza, apresentavam falta de higiene, falta de um melhor esclarecimento quanto aos acessos aos seus direitos e a questões relacionadas à saúde.

Ao acompanhar as mães dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro, localizada no conjunto habitacional Leonel Brizola pertencente à área do CRAS-LESTE, verificou-se uma grande demanda dessas mulheres mães de estudantes que apresentam baixa-estima e falta de confiança em si mesmas. Além disso, era visível a falta de orientações de saúde e de higiene, mulheres com seus direitos violados, em situação de violência doméstica, bem como também foi observado dificuldades socioeconômicas. A maioria delas apresentava não tinha o mínimo suficiente para o seu sustento e de sua família, o que prejudicava a qualidade de vida das mesmas, assim como de seus filhos, os estudantes da escola.

Cotidianamente, a situação em que essas mulheres se encontravam possibilitava observar algumas das expressões da questão social, que se manifestam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos, como emprego, saúde, educação, moradia, transportes, distribuição de renda, entre outras (CFESS, 2010). Em vista disso, entendeu-se que era preciso trabalhar com as mães em um primeiro momento para que elas tivessem condições necessárias de mudar essa realidade. Com a compreensão de que elas necessitavam de um trabalho que visasse a sua totalidade, não fosse restrito à questões de higiene e que tivesse uma abordagem de ações em vários sentidos de orientação e empoderamento.

Sabendo-se que na maioria das famílias a responsabilidade quanto aos cuidados dos filhos ainda recaem sobre a mulher que é mãe, foi pensado em um projeto de intervenção com atividades socioeducativas, através de uma prática em

grupo com as mulheres mães dos alunos, tendo como nome fantasia “Grupo de Mulheres: Transformar faz bem”. Desta forma, buscou-se desenvolver uma atividade socioeducativa por meio da construção de um grupo operativo com essas mães. Esperava-se com o grupo que se permitisse expor para elas qual seu verdadeiro espaço dentro da sociedade, desenvolvendo ações que garantissem orientações quanto a seus direitos e uma vida mais saudável, assim como ações de geração de trabalho e renda, levando em consideração seus hábitos e costumes.

O grupo teve o propósito de orientar essas mães, sobre diversos assuntos como, saúde, higiene e acessos aos seus direitos, possibilitando assim, autonomia e empoderamento, para que com isso elas pudessem buscar os melhores caminhos para uma melhor qualidade de vida para elas e para seus filhos. Portanto, partiu-se do entendimento de que a construção desse grupo significava um dever da assistência social de proteção básica, visando à garantia de uma vida digna e promovendo uma transformação social na vida dessas mulheres.

A assistência social tem um papel fundamental nas transformações da sociedade. Para tal o assistente social deve estar comprometido na formulação de ações que proporcionem transformações sociais, que tragam melhorias na vida dos sujeitos, nesse caso das mulheres do grupo. Dentro de um processo de orientações democráticas que lhes que traga autonomia. Neste contexto, salienta-se que “o profissional deve intervir na mudança e no significado da vida, na valorização de gênero humano, na autonomia da vida, que significa uma possibilidade de independência[...]”. (VIEIRA, 2005, p.2).

Este capítulo, em um primeiro momento, apresenta a Política Nacional de Assistência Social, ressaltando o trabalho dos Assistentes Sociais e o seu trabalho com grupos operativos. Em um segundo momento, aborda o que é um Centro de Referência de Assistência Social, destacando o CRAS-leste do município de Santa Maria, também ressalta o trabalho do assistente social nesse espaço institucional e em um terceiro momento, descreve a experiência do trabalho com um grupo operativo no CRAS-leste.

4.1. A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social no Brasil teve uma trajetória marcada por muita luta para a sua consolidação como uma política pública de proteção social, sendo vitoriosa em 2004 com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e em 2005, com a aprovação e implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS,1993).

Ela faz parte da tríade da Seguridade Social, outra conquista da assistência que foi ser incluída na Constituição Federal de 1988, junto da saúde e da previdência social, no capítulo da Seguridade Social. Sendo uma política pública de proteção social presente na seguridade social, a assistência deve-se manter conectada com as outras duas políticas, para assim poder dar a devida assistência a quem dela necessitar, observando a totalidade do indivíduo. A proteção social se desenvolve em dois níveis: proteção básica⁴ e especial⁵.

A proteção social no Brasil está inserida na concepção de seguridade social, isto é, no conjunto de seguranças sociais que uma sociedade, de forma solidária, garante a seus membros. Portanto, a centralidade está no processo histórico de cada sociedade e nele o trânsito pelo qual determinadas condições sociais de dignidade e sobrevivência são asseguradas enquanto um direito social universal. (SPOSATI, 2013, p.663).

Mesmo com tantas conquistas a assistência social nunca deixou de apresentar grandes dificuldades, enfrentando grandes desafios para manter o que já se conseguiu e também para pôr em pratica as ações de uma política pública de proteção social, que viabilize o direito humano à cidadania. Os obstáculos enfrentados pela assistência social no Brasil são devido à economia de mercado capitalista existente em nosso país, no qual associa a assistência social ao assistencialismo, dificultando a assistência de ser vista como uma política pública que visa o desenvolvimento social. De fato, “a lógica da sociedade do capital é antagônica à proteção social por considerá-la expressão de dependência, e atribui às suas ações o contorno de manifestação de tutela e assistencialismo [...]”. (SPOSATI, 2013, p. 656).

⁴ Proteção Social Básica é aquela que visa a proteção do indivíduo em situação de vulnerabilidade social , fortalecimento de vínculos familiares e **prevenção dos riscos sociais**.

⁵ Proteção Social Especial é aquela que visa a proteção de indivíduos que estão em situação de risco e ou já tiveram seus vínculos familiares rompidos. Podendo ser esta de média ou de alta complexidade.

Outra dificuldade encontrada é por parte do Estado neoliberal, que desde os anos 1990, impõe empecilhos para a consolidação das ações da política de proteção social, entendendo que as organizações do terceiro setor como as Organizações Não Governamentais (ONGS) e as Instituições Filantrópicas têm mais condições de lidar com essa questão. Com a privatização de serviços estatais e a transferência de suas ações, vão sendo minimizadas as ações do Estado na assistência, dificultando à garantia dos direitos sociais a população.

Esse desafio é, antes de mais nada, uma disputa de projeto político quanto à efetivação da assistência social enquanto política estatal. Há em curso, e já experimentado pelo modelo Comunidade Solidária, a concepção de que as organizações sociais sem fins lucrativos estariam mais preparadas para produzir atenções de assistência social com qualidade do que os agentes institucionais do Estado. (SPOSATI, 2013, p. 671).

Na atual conjuntura o que estamos percebendo é um grande retrocesso e ataques aos direitos sociais já conquistados pela população brasileira, de acordo com CFESS (2016),

Nessa perspectiva, realizamos, junto com outras entidades e movimentos sociais, a crítica aos governos que fortalecem o projeto das elites e suas opções em favorecer o capital em detrimento das condições de vida da população, especialmente por meio da privatização da saúde, educação e violação dos direitos sociais e humanos. Repudiamos pelos vários informativos CFESS MANIFESTA, o conservadorismo reacionarismo que tão fortemente se expressam em nosso país.

Em decorrência de todas às dificuldades pelas quais nossa política e economia vêm enfrentando, a política de assistência social é a primeira a ser atingida, precarizando ainda mais esse serviço em nosso país. De fato, “na ocorrência de crise do capital, uma das primeiras contenções é a introdução de medidas de arrocho nas atenções de proteção social ou no sistema de proteção social.” (SPOSATI, 2013, p.655).

Dentro de todo esse contexto de precariedade em que encontramos a assistência social no Brasil, no município de Santa Maria não é diferente. É bem notória a fragilidade no qual se encontra a assistência social no município, se manifestando nos mais diversos setores, da rede de proteção sócio assistencial.

A PNAS surge como um conjunto de ações do governo para garantir a proteção social à quem dela necessitar. São tantos os problemas sociais existentes no Brasil, em decorrência dos processos históricos desiguais e de um capitalismo

periférico e dependente, que exigem uma grande articulação do Estado para dar uma eficiente proteção social para a população. Sobretudo, é necessário que a população esteja de fato consciente de que a sua presença nas ações do Estado e demais ações que colaborem nesse sentido é de grande importância.

A temática da participação está diretamente associada com as formas de proteção social, pois é imprescindível, segundo a PNAS (2004), que se tenha a participação em ações integradas, além de tê-las no controle democrático por meio dos Conselhos de direitos, entre outros. Neste sentido, estimular e desenvolver a participação democrática através dos grupos operativos significa dar um primeiro passo em direção à participação social ou macro participação.

A assistência social tem um papel fundamental na sociedade brasileira, com a sua contribuição nas transformações sociais que propiciem o direito a cidadania dos sujeitos, de forma a enfrentar as expressões da questão social. Os sujeitos devem contribuir no sentido de se apropriarem dessa política da melhor forma possível tendo como horizonte uma transformação social para o bem de todos.

4.2 A PARTICIPAÇÃO NOS ASPCTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

Santa Maria é uma cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul (RS). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), Santa Maria é a quinta maior cidade do Rio Grande do Sul e contabiliza 280.505.000 habitantes em 2018. É considerada uma cidade universitária, pois é contemplada com uma das maiores universidades do Estado, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que conta em média com 30 mil estudantes. Além disso, a cidade também contabiliza 157 escolas de ensino fundamental e/ou médio. As bases econômicas do município estão atreladas ao setor agropecuário, serviços com destaque para o comércio e administração pública.

Além disso, a cidade também possui seis conselhos municipais: Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA); Conselho Municipal do Idoso (COMID); Conselho Municipal da Mulher; Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); e Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONDEPEDESMA). Esses

espaços estão diretamente relacionados com a participação da sociedade, ou seja, com o controle social.

Para além desses espaços, Santa Maria também conta com mais 24 Unidades Básicas de Saúde, 14 Estratégias de Saúde da Família e 8 Unidades distritais, 4 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 3 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e algumas ONGs, como a Associação de Amparo às Pessoas com Câncer (AAPECAM), Associação Leon Denis, entre outras.

Esses espaços desenvolvem abordagens grupais em uma perspectiva de macro participação de seus usuários, através da técnica com grupos operativos. Dessa forma, se pode perceber que existem sim espaços coletivos que trabalham com a participação dos sujeitos, entretanto, compreende-se que na cidade as práticas participativas ainda são bastante desafiadoras, como no resto do país.

Um dos obstáculos para essa prática é o fato de Santa Maria ser uma cidade com uma grande rotatividade de pessoas, com culturas e costumes, muitas vezes, bastante diferenciados, que não permite a esses sujeitos se sentirem parte da cidade, dificultando o vínculo e a participação desses em espaços coletivos.

Outro aspecto é que a participação não parece ser algo relevante para a cidade, de modo que em Santa Maria, os incentivos à participação não são tão notórios. Isso nos remete a um pensar de que as práticas participativas e demais espaços coletivos, que necessitam da participação dos indivíduos não são de fato tão importantes dentro da cidade. A exemplo disso, são os próprios funcionários públicos municipais que não são devidamente comunicados sobre a importância de sua participação em espaços como os conselhos municipais.

Dessa forma, um dos setores mais interessados nas reuniões dos conselhos municipais de saúde não tem sua participação, mostrando para a população que a participação em Santa Maria não é tão importante.

Existem outras situações nas quais a participação dos usuários em grupos operativos é um desafio para profissionais que atuam com essa técnica, a exemplo da adesão de mulheres em grupos para gestantes. A partir das práticas desenvolvidas nesse espaço, constata-se que, em um primeiro momento até é possível formar o grupo, mas aos poucos as gestantes vão declinando da participação, ocasionando o término dos encontros.

Nas unidades de saúde que não tem agente comunitário de saúde, existe um fluxo bastante rotativo de usuários que não tem um vínculo sólido com os usuários do serviço, dificultando assim a uma maior adesão nos grupos. Nos serviços que possuem agente comunitário de saúde o vínculo entre o usuário e a unidade básica tende a ser bem maior.

Nesse sentido, compreende-se que faltam elementos que instiguem as práticas participativas em Santa Maria, bem como com vínculos maiores entre profissional e usuário, o que possa dessa forma possibilitar um bom trabalho com grupos operativos.

4.3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LESTE

O Centro de Referência de Assistência Social Leste (CRAS-LESTE), é uma unidade pública estatal, que faz parte do plano Municipal de Assistência Social no município de Santa Maria. Esta instituição estava localizada em um primeiro momento dentro da Vila Maringá, um local com um alto índice de vulnerabilidade social, sendo administrada por uma prestadora de serviços terceirizados e devido à precariedade do espaço físico a administração da época resolveu mudar o CRAS de local. A nova sede foi inaugurada em dezembro de 2016, no bairro Camobi, se distanciando consideravelmente das áreas com alta vulnerabilidade social.

A atual instituição conta com quatro funcionários públicos do município, sendo uma técnica administrativa, de nível médio, dois assistentes sociais e uma psicóloga. Essa instituição de proteção básica conta com uma boa estrutura física, com espaço para as entrevistas, acolhimento e atividades socioeducativas em grupo. Mas devido à sua localização, em uma área consideravelmente distante da maioria dos usuários atendidos pelo CRAS que vivem em situação de vulnerabilidade social, as atividades propostas pela instituição ficam bastante comprometidas. Pois é bem difícil para os usuários se deslocarem até o CRAS-LESTE, sendo que o único meio é através do transporte público, mas que tem um custo financeiro. O horário de funcionamento é de segunda-feira à sexta-feira das 8:00 às 16:00 horas, sem fechar ao meio dia para um possível atendimento do público que trabalha e tem o horário do meio-dia disponível.

Através do projeto de intervenção (Grupo de Mulheres) na Escola Maria de Lourdes Castro que fica localizada dentro do conjunto habitacional Leonel Brizola,

pode-se identificar várias demandas pertinentes ao assistente social, que até não se tinha conhecimento devido ao distanciamento da instituição, que impossibilita um vínculo maior com os usuários.

Para que se tenha um CRAS é necessário que o município tenha um plano municipal de assistência social, estabelecendo um diagnóstico territorial da realidade desse município, a fim de que o mesmo receba os recursos necessários para sua rede socioassistencial, possibilitando a efetivação do SUAS. Os recursos da assistência social são descentralizados, pois provém das três esferas de governo, dependendo assim do porte e das necessidades de cada município, conforme a PNAS⁶ (2004, p.32),

De acordo com a diretriz da descentralização e, em consonância com o pressuposto do co-financiamento, essa rede deve contar a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira. O financiamento deve ter como base os diagnósticos socioterritoriais apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social [...]

O CRAS-LESTE abrange uma área com quinze comunidades da região leste da cidade de Santa Maria são elas: Cerrito, João Luiz Pozzobom (Km³), Pé de Plátano, São José, Arroio Grande, Pains, Novo Horizonte, Ângelo Berleze, Camobi, Cohabi Ferrnando Ferrari, Estrada Vicinal Padre Gabriel Bolzan, Parque do Sol, Vila Maringá (conjunto habitacional Zilda Arns, Diácono Luiz Pozzobom, Leonel Brizola), Comunidade Paroquia das Dores e Estação dos Ventos.

Nesse território, o CRAS oferta seus serviços de proteção básica com perspectiva de proteção e fortalecimento de vínculos às famílias que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL,2004).

Os serviços oferecidos no CRAS-LESTE vão de acordo com as possibilidades que se tem, mas que deveriam ser de acordo com a PNAS (2004, p.20),

Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); Projetos de Geração de Trabalho e Renda; Centro de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviço socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

⁶ A PNAS é a Política Nacional de Assistência Social, que busca a especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidade de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.

Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e Centro de informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos.

O CRAS deve oferecer dois serviços bem importantes: o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Estes serviços devem ser ofertados por meio de espaços de reflexão, de estímulo aos usuários, dentro de um processo organizado para promover a socialização e a convivência (reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos).

Portanto o CRAS-LESTE, dentro das suas limitações procura oferecer os seus serviços da melhor forma possível, tentando assim promover um trabalho que possibilite as famílias direito à cidadania.

4.4 O SERVIÇO SOCIAL NO CRAS-LESTE

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, ocorreu uma ampliação dos espaços sociocupacionais que atuam com o enfrentamento das expressões da questão social. Um desses espaços criados é o Centro de Referência de Assistência Social, que presta serviços, visando à proteção social básica, bem como, o fortalecimento de vínculos à população que vive em situação de vulnerabilidade social (PNA, 2004). Além de prestar dois serviços o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família⁷ (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos⁸ (SCFV).

Sendo que a questão social um conjunto de expressões que definem a desigualdade social, gerada pelo conflito capital X trabalho. Nesse sentido que lamamoto (2015, p.160) ressalta,

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de

⁷ O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais). (CFESS, 2016).

⁸ O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).(BRASIL,2016).

gênero, características étnico-raciais e formações regionais colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Tem-se na questão social o objeto de trabalho do Serviço Social, pois é na reprodução das relações sociais contraditórias de uma sociedade antagônica que o assistente social executa seu trabalho, a fim de um desenvolvimento humano que diminua tamanha diferença de classe que existe na sociedade capitalista. Em vista disso, compreende-se que um CRAS é uma instituição que trabalha diretamente com as manifestações da questão social, em que é de fundamental importância neste local o trabalho de um assistente social.

Portanto sendo o estágio curricular I e II realizado em um CRAS localizado na região leste da cidade de Santa Maria. Em que a maioria dos atendimentos é decorrente das expressões da questão social, pode-se assim perceber de forma bem clara a prática profissional de um assistente social quanto ao enfrentamento dessas questões.

Segundo Fraga (2010, p.45),

Desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos...), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos.

O Serviço social está presente na instituição desde quando surgiu o CRAS-LESTE na Vila Maringá. O trabalho exercido pelo Serviço Social dentro do CRAS é de extrema importância, tendo em vista que o CRAS é um Centro de Referência de Assistência Social que tem por objetivos a proteção social básica a pessoas em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2004).

As competências e compromissos do assistente social vão ao encontro das três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No qual a dimensão técnica operativa é aquela vai nortear o profissional na definição de estratégias e táticas, ou seja, quais os instrumentais que serão utilizados nas ações realizadas. Mas o profissional não deve restringir-se que essa dimensão é baseada somente na instrumentalidade, pois para poder concretizar o fazer profissional esta dimensão deve estar em plena sintonia com as demais. Assim,

[...] a dimensão técnica operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas- para analisar o real e investigar novas demandas- e ético-políticas- permitindo a avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidades e avaliar as consequências da ação [...] (GUERRA, BACKX, SANTOS, 2012, p.19).

O instrumental utilizado pelos assistentes sociais na dimensão técnica operativa é definido através de entrevistas, relatórios, encaminhamentos, visitas domiciliares, etc. (CFESS/CRESS, 2011). Nessa direção, o trabalho desenvolvido pelo assistente social do CRAS-LESTE envolve os seguintes instrumentais: visitas domiciliares, plantão social, entrevista, acolhimento, relatórios, pareceres sociais, escuta e observação sensível.

A visita domiciliar é realizada quando se tem o carro à disposição da instituição geralmente uma vez na semana, ela é realizada a fim de investigar a situação de vida a qual se encontra o usuário, para posteriormente ser elaborado um relatório da situação com um parecer do Serviço Social perante a situação apresentada. Além de fazer visitas aos usuários também é realizada visitas institucionais, nas escolas, nas unidades básicas de saúde, entre outros setores. A definição de visita domiciliar para Amaro (2014, p.19),

[...] é uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio.

O parecer social é um instrumento utilizado pelo profissional assistente social para avaliar e colocar sua opinião, perante os fatos relatados, ele dá ao assistente social uma identidade profissional, sua “[...] inexistência reduz o relatório a uma simples descrição dos fatos, não permitindo nenhuma análise profunda sobre os mesmos.” (SOUSA, 2008, p.131).

Plantão social é algo realizado no CRAS-LESTE, sem agendamento com livre demanda, bem como os acolhimentos. Sendo o acolhimento definido como,

[...] um processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas. Não se limita ao ato de receber alguém, mas a uma sequência de atos dentro de um processo de trabalho. Envolve a escuta social qualificada, com valorização da demanda que procura o serviço oferecido, a

identificação da situação do problema, no âmbito individual, mas também no coletivo. (SANTOS, 2006p. 11).

O plantão social “[...] constitui-se em ações imediatas, isoladas e a assistemáticas, que promovem encaminhamentos, aconselhamentos, e apoio[...]” (MONTEIRO,2010, p.479 e 480).

A escuta e a observação sensível, nos possibilitam um alerta para sensibilização nas relações com os usuários segundo CARDOSO (2008), o mesmo também fala que a entrevista um dos instrumentos utilizados pelo assistente social do CRAS-LESTE, nos possibilita uma interação com a realidade social a partir da história de vida de cada usuário.

Além de todo o embasamento nas três dimensões o profissional deve estar atento a realidade a qual ele está atuando. Se aprofundando de tudo o que é possível extrair daquela realidade, para assim intervir da melhor forma possível, ou seja, atuando de forma a investigar a realidade da situação que se depara. A atitude investigativa é um complemento ao fazer profissional, de grande importância na atuação do assistente social, bem como, ressalta Fraga (2010, p.45),

Para tanto, o assistente social deverá imprimir em sua intervenção profissional uma direção, sendo necessário, para isto, conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, construindo sua visibilidade a partir de informações e análises consistentes - atitude investigativa [...].

Os objetivos do Serviço Social dentro do CRAS-LESTE é de promover a proteção social prevenindo as situações de risco, com um caráter investigativo, bem como, realizar o fortalecimento de vínculos familiares através do PAIF e SCFV, oportunizando ao indivíduo que está em situação de vulnerabilidade social o acesso aos seus direitos, melhorando sua qualidade de vida e os vínculos familiares.

O processo de trabalho do assistente social dentro da instituição deve destinar-se à reflexão do profissional quanto ao usuário, e também possibilitar ao próprio usuário refletir sobre seu contexto social, no qual este desenvolverá condições de lutar por seus direitos enquanto cidadão. Dentro da instituição essa autorreflexão do usuário é realizada através dos acolhimentos, mas poderia ir muito além, com ações socioeducativas que em conjunto com mais profissionais possibilitaria um resultado melhor no desenvolvimento social desse usuário. De acordo,

Sinalizar para os Direitos e para a Cidadania significa retomar os princípios ético políticos do atual projeto profissional, cuja finalidade apreendida para as ações profissionais reside em construir um processo emancipatório que oportunize aos indivíduos perceberem-se como sujeitos em sociedade, capazes de questionamentos sobre a ordem social estabelecida e de reivindicar Direitos, pretendendo a satisfação de suas necessidades, sejam elas materiais ou culturais. A intenção dessa retomada consiste em efetivar e ampliar a Cidadania sem abdicar da busca pela transformação social (LIMA e MIOTO,2009, p.40).

O trabalho multiprofissional é fundamental nas ações dos assistentes sociais, pois as questões de vulnerabilidade social são bem complexas e com diferentes características. Contribuições de diferentes profissionais são necessárias, para assim construir ações coletivas intervindo naquela realidade da melhor forma possível.

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (BRASIL,p.65, 2009).

Uma forma de trabalho multiprofissional que acontece no CRAS-LESTE é através dos Círculos Restaurativos uma prática nova que o profissional assistente social do CRAS realiza em conjunto com outros profissionais como psicólogos, professores, conselheiros tutelares, entre outros profissionais que forem necessitados, bem como com indispensável presença do usuário e seus familiares. Essa pratica visa um debate entre todos, oportunizando todos os envolvidos de expor seus sentimentos, juntos aos profissionais em uma tentativa de aproximação entre os mesmos. De acordo CNJ (2014).

A Prática da Justiça Restaurativa tem se expandido pelo país. Conhecida como uma técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, a prática tem iniciativas cada vez mais diversificadas e já coleciona resultados positivos.

Nessa direção, o trabalho em rede é algo que dá continuidade as ações realizadas pelo assistente social dentro do CRAS. Sem essa conexão entre as instituições o trabalho acaba se fragilizando, sem chegar aos seus objetivos. Uma

vez que a maioria das demandas atendidas no CRAS são situações que devem ter uma articulação com outros setores, possibilitando ao usuário um atendimento completo, que sane todas as suas necessidades apresentadas.

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as políticas da Saúde, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Comunicação Social, Segurança e Habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais. (CFESS, 2011).

O trabalho em rede dentro do CRAS-LESTE é bem evidente e organizado, pois a assistente social consegue fazer os devidos encaminhamentos quando necessário, comunicando-se com outros setores existentes na rede como saúde, educação, habitação, entre outros. O trabalho em rede dentro de um CRAS é bastante válido para que as ações realizadas se concretizem em benefício do usuário.

As demandas atendidas pelo profissional assistente social no CRAS-LESTE eram de sujeitos em grande situação de vulnerabilidade social. Dessa forma o profissional ao realizar o atendimento fazia uso de vários instrumentais que o ajudasse a ter uma visão da totalidade da realidade de vida daquele sujeito, bem como, a perceber todas as formas subjetivas que estavam implicadas em sua realidade. Em relação à prática do Serviço Social Cardoso (2008, p. 17) ressalta,

Evidencia-se, a partir deste novo momento, uma forte direção na defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais, consolidados com a promulgação da Constituição de 1988. O controle social organizado da população sobre os serviços a ela prestados e a nova visão da Assistência Social, enquanto Política PÚBLICA e Política social marcaram definitivamente a trajetória do Serviço Social, que se reestrutura, inclusive em seus pressupostos fundamentais inscritos no novo Código de Ética Profissional e interfere em sua instrumentalidade cotidiana.

Dentro das situações apresentadas pelos usuários estavam, extrema pobreza, violência doméstica, uso abusivo de álcool e outras drogas, vínculos familiares fragilizados, desemprego, entre outros. Essas situações exigiam da profissional capacidade para poder realizar um atendimento com qualidade que desse resultados. Para isso ela usava do acolhimento para uma aproximação com o usuário, entrevista associada de uma atitude investigativa para poder extrair o máximo de informações que dessem conta de saber toda a historicidade do indivíduo. Também usava de toda uma sensibilidade ao realizar uma escuta sensível

que fosse capaz de perceber toda a subjetividade vivida pelo sujeito. Somente a partir de ter realizado todos esses processos é que a assistente social poderia realizar as mediações necessárias e os encaminhamentos que contribuíssem para o desenvolvimento humano e social daquele sujeito.

4.5 O GRUPO OPERATIVO TRANSFORMAR FAZ BEM

A Política Nacional de Assistência social tem seu foco de atuação nas famílias. “Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos seus indivíduos” (PNAS, 2004, p. 25). Famílias essas em que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com vínculos familiares rompidos, pobreza, situação de risco, falta de orientações, entre outras.

A centralidade dessas famílias muitas vezes é na mulher, que assume um papel fundamental, o de mulher, mãe, e dona de casa. Levando consigo uma grande responsabilidade quanto ao seu cuidado e dos membros de sua família, colocando-a em um lugar de protagonista da assistência social. “Assim sendo, a relação da mulher com a família é socialmente concebida como se fosse praticamente uma ligação quase natural.” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p.458). A mulher com relação ao homem muitas vezes assume mais atribuições dentro de uma família. Neste contexto salienta-se que “os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo e as mulheres persistem sendo as grandes responsáveis pela família e pelo 'cuidar' - dos filhos, da casa e, cada vez mais, das finanças da família”. (MORAES, 2000, p.97).

O gênero feminino por si só já apresenta inferioridade em relação ao masculino, essa situação se agrava ainda mais quando a mulher é pobre e vive em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim,

Esse papel de "cuidadora" recai mais pesadamente sobre as mulheres pobres, desprovidas dos serviços oferecidos pelo mercado, alijadas de muitas das facilidades propiciadas pelas tecnologias e receptoras de serviços públicos muitas vezes de qualidade duvidosa. (CARLOTO; MARIANO, 2010, p.461).

Essas mulheres acabam por serem imersas em um contexto social em que as deixam com uma grande sobrecarga frente as dificuldades sociais, econômicas e de

violência, lhes causando consequências como, baixa estima, sentimento de frustração e de inferioridade. Dessa forma,

A par da vulnerabilidade social a que estão expostas, pode-se constatar que elas também apresentam alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pelo sentimento de abandono, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização a que estão expostas cotidianamente na busca de estratégias para a sobrevivência de seu núcleo familiar. (PINTO, 2011, p. 169).

Elas se fragilizam prejudicando não somente a si, mas também a seus filhos que são dependentes de seu cuidado. Percebe-se que a mulher que a mãe, para possibilitar melhorias quanto aos cuidados e orientações de seus filhos é necessário que ela tenha um esclarecimento da sua posição dentro da sociedade, como uma mulher capaz de transformações sociais que a auxiliarão no seu contexto familiar.

Existe para com essas mulheres um grande compromisso do assistente social com base nos princípios fundamentais do código de ética do serviço social em dar o devido suporte para que essas mulheres possam se desenvolver socialmente mudando a sua qualidade de vida. Através de ações socioeducativas que viabilizem essas transformações. Ações essas que englobem múltiplos setores, como saúde, educação, lazer, direitos sociais.

A realidade da situação dessas mulheres é notória no território do CRAS-LESTE e mais especificamente no contexto de vida das mães dos alunos da Escola Maria de Lourdes Castro. O que possibilita ter uma visão empírica da realidade social, no que reflete a um dever da assistência social uma intervenção. Utilizando de estratégias e do fazer profissional do assistente social, através de atividades socioeducativas que propiciem empoderamento e autonomia dessas mulheres, estimulando essas em buscarem o melhor para si e para seus filhos.

A Organização Mundial de Saúde (1998) define empoderamento como,

[...] um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de desenvolvimento na tomada de decisões e atuar política, social, e culturalmente para satisfazer suas necessidades.

Assim, partiu-se do entendimento de que a transformação dessas mulheres as encoraja a uma maior presença nos espaços públicos e no mercado de trabalho,

atuando como cidadãs atentas e com mais determinação a agirem em para o do bem comum. Nesse sentido, o grupo operativo transformar faz bem teve como objetivo geral desenvolver ações socioeducativas com vistas ao empoderamento, a busca por cidadania e elevação da autoestima.

O grupo ainda teve como objetivos específicos: oferecer acolhimento para as mulheres se sentirem próximas do CRAS-LESTE, mostrando-lhes toda a rede de proteção social; oferecer informações sobre saúde da mulher, higiene, saúde bucal, direitos, Lei Maria da Penha; oferecer informações às mulheres, quanto ao acesso aos serviços de saúde e assistência no município de Santa Maria; propiciar um momento de lazer e descontração para as mulheres do grupo; oferecer oficinas que façam com que elas aprendam um ofício que possa contribuir para o aumento da renda familiar; melhorar a estima dessas mulheres; possibilitar melhora quanto aos cuidados das mulheres com seus filhos.

O território de aplicação do projeto foi o Conjunto Habitacional Leonel Brizola, localizado na região Leste do município de Santa Maria. Foram realizadas atividades socioeducativas que contaram com a participação de outros profissionais, como uma enfermeira, uma psicóloga, uma odontóloga e uma assistente social. Essa atividade foi realizada utilizando o instrumental de grupos operativos com as mulheres mães dos alunos da Escola Maria De Lourdes Castro. Destacando-se que,

Essa relação próxima entre o projeto socioeducativo e o trabalho profissional em grupo explica-se pelo conteúdo pedagógico presente nas produções sobre o trabalho com grupos, as quais abordam a possibilidade de aprendizagem, seja na formação de novos valores, na mudança de comportamentos, no desenvolvimento de novos hábitos, seja na assimilação de novas informações e na proposição de ações sobre a realidade vivida pelos participantes. (GUERRA, BACKX, SANTOS, P.125, 2012).

Foram realizados 06 encontros, com periodicidade quinzenal, distribuídos de março a junho de 2018, a combinar o dia com os profissionais. O local da realização dos encontros foi no salão de eventos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Castro. Cada encontro teve em média a duração de 2 horas.

Durante o mês de março foi realizado todo o processo de organização do projeto. Então, primeiro foi feito o contato com os profissionais que iriam mediar às rodas de conversas durante os encontros, ficando certas com cada um as datas que compareceriam. Também ficaram acertadas com a escola as datas certas dos encontros, bem como ficou a cargo da escola fazer a divulgação do

projeto e o chamamento das mulheres, já que a escola possuía um vínculo maior com as usuárias.

O primeiro encontro aconteceu no dia 18 de abril de 2018 e contou com a presença de aproximadamente 20 mulheres, tendo como tema O CRAS-LESTE. Todas as mulheres mães dos alunos da escola Maria de Lourdes Castro e que se encontravam em grande situação de vulnerabilidade social. Durante o primeiro encontro, a Estagiária apresentou a proposta do projeto e o cronograma a ser seguido, bem como fez uma fala apresentando o CRAS-LESTE e todos os serviços ofertados por ele a comunidade. As mulheres pareceram bastante interessadas, puderam se manifestar e a maioria delas falou sobre a grande dificuldade que encontram de acessar os serviços do CRAS-LESTE devido à grande distância da instituição da maioria delas.

O segundo encontro aconteceu no dia 25 de abril de 2018 e contou com a participação de aproximadamente 15 mulheres, tendo como tema Saúde da Mulher, e também contou com a presença da Enfermeira Ana Eliza, aluna da Residência Multiprofissional da UFSM. A convidada mediu à roda de conversa com as mulheres de uma forma bem informal, abordando questões sobre métodos contraceptivos e como cuidar da saúde da mulher. Durante esse encontro foi possível perceber o interesses das usuárias nessas questões e o quanto elas tem dúvidas, sobre esse assunto relacionado à saúde delas próprias.

O terceiro encontro aconteceu no dia 09 de maio de 2018 e contou com a presença de aproximadamente 12 mulheres, com o tema Saúde bucal da família. Esse encontro foi mediado pela odontóloga Dayana Paranhos que fez uma fala de fácil compreensão, sobre a saúde bucal em geral, das crianças, das gestantes e das próprias mulheres. O que mais chamou atenção nesse encontro foi à forma com a qual a dentista abordou questões relacionadas aos materiais utilizados ao realizar a higiene bucal. Ou seja, ela mostrou meios bem acessíveis com baixo custo que também podem contribuir para uma boa higiene bucal, como por exemplo, ela deu a opção de no caso de não poder comprar um fio dental, as mulheres poderiam utilizar da linha de costura. A odontóloga mostrou bastante compreensão do significado do encontro com as mulheres presentes naquele momento.

O quarto encontro aconteceu no dia 23 de maio de 2018 no qual contou com a participação de aproximadamente 12 mulheres, com o tema relação pais e filhos. A fala da Psicóloga Monique que realizou uma palestra sobre relações pais e filhos.

Durante esse encontro as mulheres interagiram bastante esclarecendo suas dúvidas e muitas delas se emocionaram ao abordar seus relacionamentos com filhos adolescentes. O encontro foi muito válido, pois foi abordado um assunto que gera muitos conflitos familiares e que naquele momento elas puderam compartilhar com outras que passam pelas mesmas situações podendo assim uma reflexão maior sobre o assunto e com o apoio da psicóloga.

O quinto encontro aconteceu no dia 06 de junho de 2018 e contou com a participação de aproximadamente 10 mulheres, tendo como tema Direitos das mulheres. Esse encontro foi mediado pela assistente social Elisa Lopes que trabalha com violência doméstica. A assistente social abordou o assunto relações abusivas de gênero. Durante esse encontro as mulheres puderam saber mais sobre a Lei Maria da Penha, bem como várias informações sobre como perceber uma situação de violência doméstica. No decorrer da atividade poucas mulheres assumiram já terem sofrido algum tipo de violência e percebeu-se que a maioria delas não se manifestou, embora tenham mantido um olhar bastante atento para a assistente social.

O sexto e último encontro aconteceu no dia 20 de junho de 2018 e contou com a participação de aproximadamente nove mulheres. Durante esse encontro foi aplicado um questionário para fazer uma avaliação do que as mulheres perceberam dos encontros, e também se ocasionou alguma mudança em sua vida pessoal e com seus familiares. As respostas foram bem positivas em relação às contribuições que os encontros possibilitaram na vida da maioria delas.

No decorrer da execução do grupo operativo o número de mulheres diminuiu, mas o que foi possível perceber é que apesar de ter diminuído, sempre tinha uma nova mulher e também as que faltavam em um encontro compareciam no outro, ou seja, quando assim que tinham disponibilidade elas participavam. Pode-se dizer que esses encontros foram de grande importância na vida de cada uma das mulheres que participaram desse projeto, haja vista que esses encontros terão continuidade, com base nos temas sugeridos pelas mulheres no último encontro.

O que chama a atenção nos encontros é o número de mulheres participantes com o número de alunos que estudam na escola. Apesar de algumas mulheres terem participado das atividades, a adesão ainda foi baixa. O que remete ao pensamento de que os usuários não possuem plena consciência da importância dessas ações em suas vidas.

Nesse sentido Gohn (2011, p.16) ressalta que,

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação, é também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.

O ato de participar é que vai dar sustentabilidade para que ação grupal aconteça, sem a participação dos usuários não pode existir a ação. A participação está diretamente relacionada às transformações sociais, para tanto, se faz necessário um trabalho de modo que o indivíduo compreenda a legitimidade do ato de participar, não simplesmente banalizando essa prática tão importante para a sociedade. Segundo Gohn (2011, p.31),

Para participar, os indivíduos tem que desenvolver autoestima, mudar sua própria imagem e as representações sobre sua vida. Ter apenas um emprego não resolve o problema da participação. Precisam desenvolver interações frequentes e contínuas com seus pares.

Dessa forma, compreende-se o quanto é importante o trabalho de um profissional ao atuar com um grupo, que por sua vez necessita da participação, pois este deve ter conhecimento da sua população alvo mostrando a essa população o quanto é importante a sua participação em espaços como um grupo operativo.

Entretanto ao realizar uma análise do primeiro encontro em relação aos subsequentes pode-se assim perceber que aquelas mulheres que participavam estavam cada vez mais interagindo umas com as outras trocando experiências e refletindo cada vez mais sobre os assuntos abordados. Após o terceiro encontro uma professora da escola relatou que uma das mulheres que frequentava o grupo havia mudado visivelmente o seu comportamento em relação às professoras, pois antes dos encontros ela agia com bastante agressividade e depois foi possível um diálogo bastante rico com essa mulher em algumas situações que estavam acontecendo com seus filhos e que as professoras não conseguiam dialogar com essa mãe.

Em síntese, os primeiros grupos propostos dentro da instituição CRAS-LESTE não obtiveram sucesso quanto à adesão e participação dos usuários. Já quando foi proposto um trabalho com grupo dentro de uma escola se obteve a participação dos usuários, de fato não um número tão grande, mas o suficiente para realizar a atividade. Em análise da participação no grupo de mulheres “Transformar Faz Bem”

na Escola Maria de Lourdes Castro, pode-se constatar que o vínculo da escola com a comunidade favoreceu muito as usuárias a terem mais confiança na ação proposta e a participarem dos grupos. Este resultado não foi alcançado no CRAS-LESTE, possivelmente, devido à ausência de um maior vínculo da instituição com a comunidade. O vínculo com a comunidade é de grande importância ao se trabalhar com grupos. A organização prévia do grupo por parte dos responsáveis, que demonstraram conhecimento e plena confiança nos objetivos do grupo, contribuiu para que as usuárias tivessem maior esclarecimento de como se dariam as atividades do grupo do primeiro ao último encontro. Em relação ao número de mães que existem na escola, o número de participantes era bem inferior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de conclusão de curso tem como tema “Desafios e estratégias do assistente social na promoção da participação dos usuários nos grupos operativos” e surgiu a partir de uma experiência com grupos durante o estágio curricular em um CRAS. Nessa experiência, vivenciou que um dos principais obstáculos para a realização dos grupos operativos era a adesão e a participação dos usuários nesses espaços, o que conduziu à reflexão sobre as formas de participação, os desafios e as estratégias de fomento à participação no trabalho do assistente social.

O trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de realizar uma análise acerca do conceito participação do ponto de vista teórico-prático, visando melhorar o trabalho do assistente social no processo de intervenção com grupos operativos. Dessa forma, a partir de desta pesquisa, abordou-se as práticas participativas e os grupos operativos relacionando ambos com o Serviço Social. Esses elementos introdutórios da pesquisa foram apresentados no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, descreveu-se as práticas participativas e seu contexto sócio histórico, bem com a relação dessas práticas com o Serviço Social, que tem como alvo desenvolver a participação em seus processos mais amplos dentro da sociedade. Também contextualizou-se a participação no Brasil, ao mostrar como a participação, especialmente, a macro é ainda um advento muito recente em nosso país, pois só foi legitimada com a Constituição Federal de 1988, constituindo-se em um desafio de ser promovida e fortalecida na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, abordou-se o trabalho com grupos, descrevendo suas principais características, mais especificamente, dos grupos operativos. Um grupo operativo é um dos instrumentos utilizados pelo assistente social em seu fazer profissional. Dessa forma, compreendeu-se que para o assistente social operar um grupo faz-se necessária a participação dos usuários.

No quarto e último capítulo, apresentou-se a experiência da execução de um grupo operativo durante o estágio curricular em um CRAS, bem como foi abordado a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), algo que é de suma importância

dentro do Serviço Social. Assim, esse capítulo apresenta a importância da PNAS dentro do Serviço Social e a instituição no qual foi realizado o estágio.

Da mesma forma, esse capítulo descreve os desafios encontrados ao trabalhar com uma ação grupal no CRAS-LESTE. O primeiro trabalho proposto não contou com a participação dos usuários, levando a não realização da ação. Também foram expostas as estratégias que foram realizadas em uma segunda tentativa de trabalho com grupo, que então pôde contar com a parceria de uma escola presente no território do CRAS-LESTE.

A partir dessa nova proposta foi possível formar um grupo com as mulheres mães dos alunos da escola, de modo que com o auxílio da escola na busca ativa das usuárias, o grupo pôde ser formado, pois, finalmente, tinha a participação das mulheres.

Realizada a pesquisa acerca das práticas participativas, dos grupos operativos e a relação desses com o Serviço Social foi possível, assim, perceber o grande elo entre essas três categorias. Nesse sentido é que se buscou contribuir para prática profissional do assistente social, especificamente na sua atuação com grupos operativos. Pois, ao atuar com esta técnica de intervenção, o profissional assistente social pode se deparar com vários desafios, que se não superados, no quais podem resultar no insucesso em sua ação com grupo.

A partir da pesquisa bibliográfica e da experiência com trabalho em grupos no decorrer do estágio curricular foi possível destacar alguns aspectos que desafiam a participação dos usuários em grupos operativos, o que pode interferir nos resultados a serem alcançados por este. Apresentamos a seguir uma breve síntese dos principais desafios à participação abordados no decorrer do trabalho e também sugestões de estratégias que possam contribuir para mobilizar os usuários, como a criação de um vínculo ou articulação com instituições/equipes que já o tenham desenvolvido e a busca-ativa. Destaca-se em eixos, as principais dificuldades, sendo eles:

Culturais: Dentre os desafios culturais, está o contexto sócio-histórico das práticas participativas tardias em nosso país, que remetem a um processo pelo qual a sociedade de modo geral não seja tão esclarecida com relação ao seu potencial e a sua contribuição nesse processo. Iamamoto (2015) deixa claro que há uma fragilidade histórica da democracia em nosso país, de modo que, existe um fortalecimento do Estado com relação à subalternidade da sociedade civil. Ainda

persiste um poder autoritário por parte do Estado, que restringe a participação para setores majoritários da população.

Nesse sentido, compreende-se uma sociedade marcada por interesses particulares de grupos de poder. O uso de práticas clientelistas ainda se faz presente em nossa sociedade, em que consiste em trocas de favor afim de privilégios de alguns, o que contribui para fortalecer relações de dependência e favor em um governo que é aliado do grande capital. Dessa forma, a população se intimida com a herança política patrimonialista e paternalista, que impõe limites à participação, fazendo com que os sujeitos se voltem para si mesmos e não sintam que a sua presença faça diferença.

Na sociedade capitalista, o indivíduo se percebe como um ser único prejudicando a participação e os processos grupais. Lane (1989, p.86) descreve a lógica do individualismo “[...] em que o indivíduo só pode ser livre e autônomo pela negação de outro indivíduo, quer dizer pela negação na interdependência entre si e o outro”. Nesse sentido que o individualismo contribuir para a alienação do sujeito e, portanto, a uma não participação em espaços como os grupos operativos.

Sociais e econômicos: os desafios estão diretamente relacionados à desigualdade social, na luta capital x trabalho, resultando em pobreza, desemprego, falta de informação, entre outras. A falta de condições adequadas de trabalho, renda e acesso à informação consiste em um entrave para a participação. Essa situação tende a gerar exclusão social, o que faz com que esses sujeitos não percebam sua participação com algo relevante para a sociedade. (GOHN, 2011).

As relações desiguais no Brasil definem o lugar das classes subalternas, de modo que, as colocam em uma posição com ausência de poder e de decisão, decorrente da privação de bens materiais e simbólicos, resultando conseqüentemente, em uma desqualificação de sua cultura e de suas crenças. Dessa forma, os sujeitos que pertencem a essa classe são postos a não fazer parte, portanto quem não faz parte não participa, o que nos remete a pensar na dificuldade que esses indivíduos se deparam com relação a sua participação em uma sociedade desigual voltada par acumulação capitalista.

Psicológicos: Os desafios psicológicos estão associados às questões como falta de vínculo, medo e insegurança por parte do usuário e também a uma baixa estima desse.

O vínculo é algo significativo, pois se não houver um vínculo que possibilite ao profissional uma aproximação com usuário, esse profissional não terá certeza das demandas desse indivíduo, da mesma forma que o usuário não terá segurança em participar de uma ação proposta por este profissional. O vínculo pressupõe a construção de uma relação de confiança, sobretudo, entre profissional e usuário, que favorece a aproximação e a participação nos mais diferentes espaços.

A questão do vínculo é clara nesse trabalho a partir da experiência de estágio, em que foi proposto um grupo de mulheres no CRAS-LESTE e este não obteve participação, em um primeiro momento, pois essas não possuíam um vínculo suficiente com os profissionais e com a instituição devido à grande distância territorial existente entre ambos. Já o grupo formado na escola obteve sucesso, pois contou com um vínculo já existente entre a escola e as mulheres. Nesse sentido, compreende-se que o vínculo é necessário, pois possibilita um acesso aos usuários “ao modo como eles comunicam as suas estratégias de sobrevivência e como explicitam as suas “carências” e as suas possibilidades de superação”. (EIRAS, 2012, p.134).

O medo e a insegurança são dois fatores que desafiam também a participação dos usuários, pois muitos tem medo de mudanças e transformações, portanto se sentem inseguros e amedrontados. Os indivíduos de forma geral, segundo Fortuna et al (2005) tem certa ansiedade a partir de mudanças, o que gera medo do novo, de modo que as mudanças estão associadas ao aprendizado. No entanto, o medo e insegurança dificultam a participação dos sujeitos nos grupos operativos, que segundo Pichon Rivière (2009) são focados nas transformações a partir de uma tarefa que defina como um aprendizado.

A baixa autoestima é outro fator que dificulta participação. Gohn (2011) deixa claro que o indivíduo deve interagir para desenvolver representações de sua vida com fim de fortalecer a sua autoestima. Desse modo, quem tem baixa estima tende a não se interessar em participar, pois entende que tem pouco ou nada a contribuir. É importante destacar que a baixa-autoestima está relacionada aos aspectos socioeconômicos e culturais, de modo que estes eixos estão interligados.

O assistente social ao optar por trabalho com grupo em sua intervenção deve estar consciente de trabalhar em uma perspectiva crítico dialética. Em um pensamento baseado em questões múltiplas, singulares e universais, que deem conta da totalidade do sujeito e do coletivo, pois a totalidade passa pela

compreensão das singularidades e das particularidades. Portanto, estar atento para os desafios apontados é uma forma de o profissional pensar dentro dessa perspectiva crítico dialética e, por vez, contribuir para um desenvolvimento do trabalho com grupos.

Dentro do Serviço Social contemporâneo o uso do instrumental deve ter uma atenção maior do que vem tendo nos últimos tempos. Portanto, pensar no instrumental também é pensar no fazer profissional através da elaboração de estratégias que possibilitem uma qualificação com relação à prática profissional do assistente social mediante uso das técnicas interventivas.

Dessa forma, procurou-se através deste trabalho abordar questões que contribuíssem para a intervenção profissional do assistente social, na sua atuação com grupos operativos, de modo que também contribuísse para a adesão dos usuários nesses espaços de pensar coletivo. Eiras (2015) esclarece que há poucas contribuições com relação a essa temática no Serviço Social, o que faz com que os profissionais dessa área procurem referenciais teóricos em outras áreas como, por exemplo, na psicologia social.

Diante disso, é preciso dar continuidade as pesquisas sobre o trabalho em grupos no Serviço Social, especialmente, na sua dimensão técnico-operativa a fim de que a área possa construir conhecimento de acordo com as demais dimensões teórico-metodológica e ético-política. O trabalho com grupos operativos no Serviço Social tem um enfoque socioeducativo, que se diferencia das demais profissões. Por meio dos grupos operativos, os profissionais trabalham as visões de homem e de mundo, buscando ampliar a participação para níveis mais elevados, tendo como horizonte a democratização do poder.

Nesse sentido, a partir de uma pesquisa bibliográfica e da experiência com grupos no decorrer do estágio foi possível idealizar algumas estratégias que fomentem a participação dos usuários em grupos operativos. As estratégias pensadas foram: pleno conhecimento do assistente social em trabalhos com grupos, a busca ativa, a construção e articulação de vínculos, a linguagem e o diálogo acessível, marcado pelo desenvolvimento de ações horizontais.

O assistente social que vai atuar com essa técnica tem que, primeiramente, ter conhecimento acerca de um trabalho com grupo, sabendo qual o real significado deste, bem como a grande relevância da participação dos usuários de forma consciente (LANE 1989; EIRAS, 2009). Saber o que é um grupo e ter consciência do

seu real significado, possibilita ao profissional construir um trabalho com conhecimento, formar um grupo coeso e bem estruturado. De forma que o profissional deve passar para os membros do grupo o real sentido da sua participação naquele espaço é uma forma de acesso.

A busca ativa é uma estratégia que possibilita ao assistente social em um determinado território ir à busca daqueles usuários que estão em situações que necessitem da sua participação no processo de intervenção com grupo através de uma identificação precisa da realidade desses sujeitos. Desse modo, a busca ativa, pode despertar um sentimento no usuário quanto à importância da sua participação.

A criação de um vínculo com os usuários é fundamental, pois estabelece um elo entre o assistente social e o usuário e possibilita a realização de um diagnóstico a cerca das demandas dos usuários e os temas que serão abordados no grupo. Isto deve ocorrer de forma que desperte o interesse dos sujeitos a participarem desses espaços coletivos. Espaços esses que possibilitam ao usuário refletir e elaborar as suas condições de vida e de existência. (EIRAS, 2009).

Ao praticar uma ação com grupo o assistente social deve ter um diálogo de fácil compreensão pelos sujeitos, de forma que estes entendam que o profissional quer dizer, e possibilite a esses usuários sua inserção nesse diálogo. As relações interpessoais nos grupos devem acontecer de forma menos verticalizada e hierarquizada, fazendo com que o usuário tenha um sentimento de pertencimento daquele espaço. Nesse sentido, Horta et. al.(2009), ressaltam que o profissional que desenvolve processos de caráter pedagógico deve dialogar de forma que possa disponibilizar ao usuário a fala e a escuta. Isso significa dar vez, para que esse possa assim refletir individualmente no grupo.

O intuito de um grupo operativo, baseado em uma atividade socioeducativa está atrelado ao que Moreira (2017) salienta como a dimensão pedagógica do grupo, possibilitando além de conhecimentos, uma ampliação da visão de mundo dos seus membros.

O que também faz a diferença é o assistente social ter uma visão de que o trabalho que está se propondo com um grupo operativo não seja reduzido aos fins institucionais, perdendo de vista o verdadeiro propósito que é usuário e a sociedade. Dessa forma Horta et al (2009, p. 298) enfatiza que “o profissional deve tomar consciência do que sabe sobre sua especificidade profissional e reconhecer que quem sabe sobre si mesmo é o próprio usuário”.

Para além disso, o assistente social deve estar atento as condições que possibilitem ao usuário sua participação, de modo que se preciso for o profissional insira o usuário em programas e projetos sociais que assegurem as mínimas condições para sua participação.

O trabalho com grupos operativos é uma técnica utilizada pelos assistentes sociais que tem características socioeducativas. Dessa forma, o profissional assistente social através do grupo deve buscar alternativas que possibilitem ao usuário ter mais informações e orientações. Dessa forma é possível esclarecer quanto aos seus direitos e ao exercício de sua cidadania, como uma forma de enfrentamento das expressões da questão social, as quais estão implicadas na vida dos membros do grupo.

Mas para que o grupo tenha sucesso a participação do usuário é essencial, haja vista, que a participação está também implicada nos processos relacionados com o exercício da cidadania e emancipação dos sujeitos, dentro de contexto de justiça social. Nesta ótica, a participação diz respeito à divisão democrática do poder, sendo os grupos operativos um *locus* dessa prática. Essa concepção, fruto do projeto ético-político profissional é mais outra característica distintiva do trabalho do assistente social com grupos operativos.

Assim, as categorias expostas (participação, grupo e Serviço Social) neste trabalho se tomadas em conjunto e forem bem trabalhadas tem grandes chances de adquirir respostas positivas que influenciarão na sociedade de forma geral. Elas têm o potencial de contribuir para uma maior justiça social em que os sujeitos, especialmente, os segmentos excluídos na sociedade possam ter mais oportunidades de inserção social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMMAN, S. **Participação Social**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- BAPTISTA, M. V. A participação como valor e como estratégia de ação do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. n.25, p.83-108, 1987.
- BAPTISTA, T. Seguridade social no Brasil. **Revista do Serviço Público**, ano 49, n.3, jul/set. 1998.
- BASTOS, A. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo informação**, v. 14, n. 14 jan./dez. 2010.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência social. **Política Nacional e Assistência Social**, Brasília, 2004.
- BRASIL. **Política Nacional de Participação Social**. Secretaria de Governo. Presidência da república. Decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014.
- BRASIL. **Regulamentação da profissão**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.
- BRAVO, M. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. Serviço Sociais direitos e competências profissionais. Brasília: UnB / CFESS, 2009.
- BRAVO, M. **Política de Saúde no Brasil**. Brasília: UnB / CFESS, 2000.
- BRAVO, M; CORREIA, M. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p.126-150, jan/mar, 2012.
- CARDOSO, M.F.M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**. Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. 1ªed. São Paulo: LCTE, 2008.

CARLOTO, C. M, MARIANO, A. S. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, v. 18, n.2,2010.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, nº 9, p.11-13, 1980.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2010.

CFESS. Conselho federal de Serviço Social. **A disputa de poder na conjuntura e os desafios de organização da classe trabalhadora**. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1247>> Acesso: 16 de novembro 2018.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça Restaurativa: o que é e como funciona**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa->> Acesso em: 16 de novembro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Código de ética do assistente social. Lei nº8. 662|93 de regulamentação da profissão**. 10. Ed. Brasília: Conselho Federal de serviço Social, 2012.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

EIRAS, A. A. L. T. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

EIRAS, A. **Abordagens psicossociais, volume III: perspectivas para o Serviço Social**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2009.

FORTUNA, C; MISHIMA, S; MATUMOTO, S; PEREIRA, S. **O trabalho de equipe no programa saúde da família: reflexões a partir de conceitos do processo grupal e de grupos operativos**. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/rlae/article/view/2023/2102>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

FRAGA, C, K. **Atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc.nº. 101 São Paulo Jan./Mar. 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1996.

GANDIM, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ºed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M, G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ed. São Paulo:

Cortez, 2011.

GOMES, M, A. **Psicologia comunitária**: uma abordagem conceitual. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/top/midias_noticias/editora/0ld/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_2/art10.PDF>. Acesso em: dia 28 de outubro de 2018.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

GUERRA, Y; BACKX, S; SANTOS, C. C. M. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.
HORTA, C. SENA; et al. A prática de grupos como ação de promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família. **Rev.APS**, v.12, n3. 293-301, jul. /set.2009.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª.São Paulo: Cortez 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria> > Acesso em 16 de nov. de 2018.

KRUGER, R; MACHADO, C. O tema da participação e as bases teórico-políticas do Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 49 - 61, jan./jun. 2015.

KRUGER, T. **Participação da comunidade**: 20 anos de diretriz constitucional. Florianópolis: UFSC, 2008.

LANE, S. **Psicologia social**: o homem em movimento. 8ª.ed.São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMOEIRO, M. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil JK e JQ. Rio de Janeiro: Ed. Paz Terra, 1977.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIOTO, R.C. T; LIMA,C.S. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco**: sistematização de um processo investigativo. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. Jan./jun. 2009.

MIOTO,R.C.T;LIMA,C.S. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. Florianópolis v.10 esp.p.31-45, 2007.

MONTEIRO, F.O. Plantão Social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violências contra crianças e adolescentes. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.103 p.476-502, 2010.

MORAES, M. L. **Marxismo e feminismo**: afinidades e diferenças. Crítica Marxista, São Paulo, n. 11, p. 89-97, 2000.

MOREIRA, C.F.N. **O trabalho com grupos em Serviço Social**: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. 4^o ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OMS. Organização mundial de Saúde. **Glossário de termos de promoção da saúde**. Genebra: Saúde Mundial Organização / Divisão de Promoção da Saúde, Educação e Comunicações / Educação em Saúde e Unidade de Promoção da Saúde, 1998.

PANDOLFI, D. **Os anos 30**: as incertezas do regime. Anais do XXI Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

PEREIRA, R; ZANELLA, A. **Constituir-se enquanto grupo**: a ação de sujeitos na produção do coletivo. Estudos de Psicologia Constituir-se enquanto grupo. Florianópolis: UFSC, p.105-114, 2001.

PICHON RIVIÉRI, E. **O processo grupal**. 8ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PINTO, R.M. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, nº 105, São Paulo, 2011

ROLIM, L; CRUZ, R; SAMPAIO, A. **Participação popular e o controle social como diretriz do SUS**: uma revisão narrativa. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2012.

ROUSSEAU, J. **Do contrato Social**. Tradução Lourdes Santos Machado. 2^a.ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

SAMARO, S. **Visita Domiciliar**: teoria e prática. 1^o ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SANTOS, E.T. **O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência**. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

SARTRE, J. P. **Crítica da razão dialética**. França: Gallimard, 1960.

SOUSA, C, T. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132 2008. Disponível em < <http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acessado 22 de junho de 2018.

SPOSATI, A. **Proteção Social e Seguridade Social no Brasil**: pautas para o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

TENÓRIO, F. G; ROZEMBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n.4, 1997.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 26 27, 2002.

VIANA, B. B; CARNEIRO, K. K. C. GONÇALVES, C. F. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. Seminário Nacional De Serviço Social, Trabalho e Política social. Florianópolis: UFSC, 2015.

VIEIRA, D.K.A.V. **Emancipação Política x Emancipação Humana**: desvendando o real significado do Plantão Social. São Luís- MA, 2005.

WALLON, H. **Objetivos e métodos da psicologia**. Lisboa: Estampa, 1975.

WARREN, I. S. **Manifestações de Rua no Brasil 2013**: encontros e desencontros na política. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

YASBEK, M, C. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. CFESS/ABEPSS, 2009.

Zaith ZAITH, M, C. **Os principais desafios enfrentados pelos psicólogos noCRAS**. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0680.pdf> > acessado dia 28 de outubro de 2018.

ZIMMERMAN, D. **Fundamentos teóricos**. In ZIMMERMAN, D. E.; OSORIO, L. C. (Orgs.), Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 23-31, 1997.